



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA ALIMENTAR E  
NUTRICIONAL

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Raiane Silva da Penha**

CULTIVANDO EM REDE: EDUCAÇÃO POPULAR, AGROECOLOGIA E  
SAÚDE EM UM TERRITÓRIO DO RIO DE JANEIRO-RJ

Rio de Janeiro

2024

Raiane Silva da Penha

**CULTIVANDO EM REDE: EDUCAÇÃO POPULAR, AGROECOLOGIA E  
SAÚDE EM UM TERRITÓRIO DO RIO DE JANEIRO-RJ**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Segurança Alimentar e Nutricional (PPGSAN), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Segurança Alimentar e Nutricional.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Juliana  
Pereira Casemiro

Rio de Janeiro

2024

Raiane Silva da Penha

**CULTIVANDO EM REDE: EDUCAÇÃO POPULAR, AGROECOLOGIA E  
SAÚDE EM UM TERRITÓRIO DO RIO DE JANEIRO-RJ**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Segurança Alimentar e Nutricional (PPGSAN), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Segurança Alimentar e Nutricional.

Aprovada em: 16/05/2024

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Juliana Pereira Casemiro (Orientadora)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Thais Salema Nogueira de Souza  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Célia Maria Patriarca Lisbôa  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

S

Silva da Penha, Raiane

Cultivando em Rede: Educação Popular, Agroecologia e Saúde em um Território do Rio de Janeiro-RJ / Raiane Silva da Penha. -- Rio de Janeiro, 2024.  
80

Orientadora: Juliana Pereira Casemiro.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional, 2024.

1. Segurança Alimentar e Nutricional. 2. Fortalecimento de sistemas alimentares saudáveis e democráticos. 3. Educação Popular em Saúde. I. Pereira Casemiro, Juliana , orient. II. Título.

Dedico este trabalho às mulheres, principalmente as negras e periféricas que assim como eu, criam coragem para resistir e serem as protagonistas dos seus territórios e de suas vidas.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto do coletivo, das que vieram antes de mim para que eu pudesse seguir minha jornada, seria muita prepotência dizer que esse trabalho é meu, ele leva o meu nome como autora principal, mas existem outras pessoas e autores que fizeram e fazem parte desse trabalho e de minha vida que gostaria de agradecer nesse momento:

À minha avó Marli (*em memória*), a minha mãe Márcia, as minhas tias Jacemira e Marilza, mulheres negras que me criaram e educaram para enfrentar o mundo sempre de cabeça erguida.

À minha eterna equipe NASF/Penha 3.1, aos residentes, estagiários e profissionais do SUS que cruzaram o meu caminho durante o tempo que atuei na Atenção Primária com quem pude construir um trabalho para além da Clínica da Família Felipe Cardoso.

À Profa. Dra. Juliana Casemiro, pela orientação durante a minha trajetória acadêmica desde os tempos do internato em Duque de Caxias até o caminho que percorremos para a escrita deste trabalho. Obrigada ju, por toda paciência, artigos compartilhados, por ouvir meus áudios podcasts rs e pelo amor que você transmite em educar.

À UNIRIO, pela existência do Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional tão necessário para o nosso país.

Ao CEM, a Ana, as mulheres, as crianças, as parcerias e a arte desse encontro. Sem vocês não seria possível a realização deste trabalho. Desde o dia que conheci o CEM me encantei com o trabalho que é realizado na Terra Prometida, como diz Bell Hooks, quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. O CEM possui esse poder transformador. Vida longa ao CEM!

*Muito obrigada!*  
*Com carinho, Rai.*

"Escrever é dar movimento à dança-canto que meu corpo não executa. A poesia é a senha que invento para poder acessar o mundo."

Conceição Evaristo

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Divisão das Áreas Programáticas em Saúde do município do Rio de Janeiro.....	37
Figura 2: Área verde da Serra da Misericórdia na cidade do Rio de Janeiro....	38
Figura 3: Linha do Tempo da Serra da Misericórdia, Rio de Janeiro.....	39
Figura 4: Capa do caderno com as atividades desenvolvidas na Escola Popular de Agroecologia.....	58
Quadro 01: Perfil das moradoras participantes nos Grupos Focais.....	35
Quadro 02: Perfil das parcerias que participam na EPA participantes nos Grupos Focais.....	36



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia

APs - Áreas Programáticas

APS - Atenção Primária à Saúde

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

CNAPO - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

EPS - Educação Popular em Saúde

ISAN - Insegurança Alimentar e Nutricional

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MS - Ministério da Saúde

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NASF-AB - Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica

PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAB - Política Nacional de Atenção Básica

PNEPS - Política Nacional de Educação Permanente em Saúde

PNEP-SUS - Política Nacional de Educação Popular em Saúde

PNH - Política Nacional de Humanização

PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNSIPN - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares

RAS - Redes de Atenção à Saúde

Rede PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SUS - Sistema Único de Saúde

VIGISAN - Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional

## RESUMO

O contexto atual de complexidade das questões de saúde vem exigindo pensar em novas estratégias de atenção à saúde e a relação entre indicadores sociais (intersecções de gênero e raça/cor) e insegurança alimentar. O objetivo do estudo foi compreender os desafios e as potencialidades de uma experiência agroecológica desenvolvida com mulheres em território urbano visando a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, adotando a coleta de dados através da técnica de Grupo Focal e Observação Participante. Foram realizadas duas sessões de Grupo Focal entre os meses de fevereiro e abril de 2024, tendo como temas: (1) O que é a Escolinha Agroecológica? (2) Comida de Verdade, na Escolinha e na Comunidade! Participaram 21 pessoas. Durante o processo de análise emergiram quatro categorias (1) “Uns têm, outros não tem”; (2) Plantas para banho, para tempero e para nutrir; (3) “A mãe foi trabalhar...” e (4) “A gente vai colher lá na frente”. Conclui-se que é necessário desenvolver estudos com o olhar interseccional relacionados ao campo da alimentação e nutrição que dialoguem com o território, lideranças comunitárias e moradores e que cheguem nos territórios. A proposta agroecológica é um contraponto à atual realidade social e para isso é necessário a construção de um movimento plural e que incorpore a luta antirracista a partir do diálogo com a agricultura urbana. Apresentam-se como produtos um artigo com contribuições aos debates acerca do tema DHAA, Agroecologia e Interseccionalidade e um caderno de atividades desenvolvidas na Escola Popular de Agroecologia.

**Palavras-chave:** Agroecologia; Educação Popular em Saúde; Saúde da População Negra; Segurança Alimentar e Nutricional.

## **ABSTRACT**

The current context of complexity of health issues has required thinking about new health care strategies and the relationship between social indicators (intersections of gender and race/color) and food insecurity. The objective of this project was to understand the challenges and potential for promoting the Human Right to Adequate Food (DHAA) in an urban territory based on an agroecological experience developed with women in the city of Rio de Janeiro. This is a qualitative research, adopting data collection through the Focus Group and Participant Observation technique. Two Focus Group sessions were held between the months of February and April 2024, with the following themes: (1) What is the Agroecological School? (2) Real Food, at School and in the Community! 21 people participated. In compliance with the precepts of research ethics, this project was submitted to the Research Ethics Committee of the Federal University of the State of Rio de Janeiro. During the analysis process, four categories emerged (1) "Some have it, others don't have it"; (2) Plants for bathing, for seasoning and for nourishment; (3) "Mother went to work..." and (4) "We're going to harvest up front". It is concluded that it is necessary to develop studies with an intersectional perspective related to the field of food and nutrition that dialogue with the territory, community leaders and residents and that reach the territories. The agroecological proposal is a counterpoint to the current social reality and for this it is necessary to build a plural movement that incorporates the anti-racist struggle through dialogue with urban agriculture. The products are presented as an article with contributions to debates on the topic of DHAA, Agroecology and Intersectionality and a notebook of activities developed at the Escola Popular de Agroecologia.

**Keywords:** Agroecology; Popular Health Education; Health of the Black Population; Food and nutrition security.

## **SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	17
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	19
2.1 Agroecologia, alimentação saudável e bem viver	19
2.2 O encontro da agroecologia com a Educação Popular	24
2.3 Sistema Alimentar Hegemônico: o Nutricídio ou genocídio alimentar em debate	27
<b>3 OBJETIVOS</b>	33
3.1 Objetivo geral	33
3.2 Objetivo específico	33
<b>4 CAMINHO METODOLÓGICO</b>	34
4.1 Cenário de estudo	37
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	41
5.1 Artigo: "Porque tá tudo conectado": As mulheres e a defesa do Direito à Alimentação em um experiência agroecológica urbana	41
5.1 Produto técnico: "O caderno das atividades desenvolvidas na Escola Popular de Agroecologia"	58
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	59
<b>7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	61
<b>APÊNDICE</b>	69

## 1. APRESENTAÇÃO

O meu primeiro contato com a Saúde Pública na prática foi a experiência que tive ainda na graduação em Nutrição pela UERJ com o Projeto VER-SUS, em 2012, na Baixada Fluminense, em Mesquita. Foi a primeira vez que tive contato com a lógica do trabalho interprofissional, ali eu já tinha a certeza sobre o caminho que queria trilhar após minha formação.

Ainda na UERJ, fui bolsista de extensão do Projeto da Universidade Aberta da Terceira Idade (UNATI), onde pude desenvolver atividades de Promoção da Saúde voltadas para o público do Núcleo de Atenção ao Idoso (NAI), participei mais ativamente do grupo Roda da Saúde, uma roda de conversa com idosos, realizadas semanalmente, em parceria com o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Idoso, mais uma vez a lógica do trabalho em equipe me fazendo acreditar na coletividade. Saí do projeto, pois fui aprovada no Programa Acadêmico Bolsista da prefeitura do Rio de Janeiro (RJ), na Área Programática (AP) 3.1, durante todo o ano de 2014.

Cruzei as escolas da Maré até a Ilha do Governador com as enfermeiras do Programa de Valorização da Atenção Básica (PROVAB), desenvolvendo ações de Educação em Saúde nas escolas públicas desse território. Em 2015, participei do Internato de Nutrição em Saúde Coletiva, em Duque de Caxias. Realizamos práticas educativas em parceria com a comunidade na construção de uma horta comunitária, coordenamos um grupo de mulheres, dentre outras atividades. Aqui que conheço minha atual orientadora, Juliana Casemiro e começo minha admiração por ela, naquele momento ela estava como professora contribuindo com o Internato.

Enfim, termino a graduação e passo a me dedicar para os processos seletivos de residência, escolho o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade pelo Hospital Escola São Francisco de Assis (HESFA/UFRJ). A minha vivência foi em uma Clínica da Família da região Central do Rio, AP 1.0, como nutricionista residente/NASF, durante 2018-2020. Aqui começa a minha aproximação com o tema de agricultura urbana e ambiente alimentar, fui orientada pela professora Viviane Marinho, com o trabalho de conclusão tendo como título: *Horta é lugar de encontro*:

*Potencialidades da implantação de uma horta comunitária em uma Unidade Básica de Saúde.*

Em 2021, retorno a AP 3.1, eu Raiane da Penha, como profissional de saúde, nutricionista integrante de uma equipe NASF, chamada NASF Penha. Será que achei meu caminho? Parafraseando o samba de Dona Ivone Lara, “alguém me avisou para pisar nesse chão devagarinho”, trabalhar no Complexo da Penha realizando o SUS vivo que minha equipe NASF acreditava, matriciando mais de 14 equipes de Saúde da Família, ajustar uma demanda de agenda de atendimentos reprimidas, grupos, Visita Domiciliar (VD) e tantas outras tarefas, seria impossível eu chegar nessa equipe devagarinho.

Chego querendo realizar muitos movimentos, mesmo ciente das minhas muitas responsabilidades e desafios, ocupando um lugar de preceptoria de estágio e residência multi do mesmo programa que me formei na residência da UFRJ. Durante os atendimentos, interconsultas, começo a perceber muitas demandas de sofrimento mental, geradas por violação de direitos básicos, como comer. A partir daí surge a minha inquietação e questionamentos. Enquanto nutricionista, qual é o meu dever diante dessa situação? O que eu posso fazer?

Deste questionamento, surgiu a ideia de voltar para a pós-graduação. Entrei em contato com a professora Juliana que está como professora colaboradora do Programa de Pós Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGSAN/UNIRIO) e começamos a conversar por e-mail. Tínhamos a ideia de propor inicialmente um material de apoio com a lógica de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) voltado para os profissionais de Saúde da Família, para o manejo a partir das demandas de Insegurança Alimentar.

Porém, durante esse processo, surge o Centro de Integração na Serra da Misericórdia (CEM), representado por Ana (Fundadora/Educadora Popular) com a proposta de resgatar a parceria que a Clínica da Família já realizava e foi suspensa devido à pandemia. A partir de uma reunião online comigo, Juliana e Ana pensamos na proposta de reformular o projeto enviado ao PPGSAN com o objetivo de fortalecer a promoção da soberania alimentar na

Serra da Misericórdia sob as bases da agroecologia, a partir de um produto técnico voltado para as atividades desempenhadas no CEM.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, vivenciei uma mudança profissional importante. Enquanto estava como nutricionista de uma equipe NASF, fui convocada para atuar na saúde mental em Niterói, de uma prova que tinha realizado há um tempo e nem tinha mais esperança de ser chamada. Diante disso, passei a atuar na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) dividindo minha agenda de trabalho em 04 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), durante a semana, sendo 02 CAPS adultos, 01 CAPS Álcool e Drogas - AD e 01 CAPSi - Infante-Juvenil. Realizando duas frentes de trabalho apoiando o controle de qualidade da alimentação ofertada nos CAPS e atuando como técnica de saúde mental junto às equipes multiprofissionais dos CAPS, além de receber estagiários de saúde pública do curso de Nutrição da UFF.

A partir de tantas mudanças, me distanciei do território da Penha, o que dificultou uma maior participação junto ao trabalho do CEM. Devido a minha nova carga horária de trabalho que aumentou. Com isso veio o sentimento de angústia e algumas muitas lágrimas derramadas nesse processo, mas sempre quando dava eu tentava de alguma forma estar junto de alguma atividade no território.

Diante da minha vivência, especialmente a relacionada a minha atuação enquanto nutricionista NASF, na 3.1, os desafios enfrentados, as ameaças aos objetivos de compreensão do trabalho de uma equipe NASF no território dentro da APS e a minha saída desse local de trabalho. Acredito que com os resultados aqui encontrados, consigo encerrar o ciclo que fui nutri/NASF nessa área entendendo que o SUS é isso, abertura e fechamento de ciclos vividos intensamente.



## 1. INTRODUÇÃO

A volta da fome é um grande retrocesso para um país que saiu do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014. O contexto da pandemia de COVID-19 agravou esse cenário, mas desde 2017, dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já apontavam para um aumento no número de famílias em situação de insegurança alimentar. Dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) com o objetivo de analisar a Insegurança Alimentar no Brasil no contexto da pandemia de COVID-19, mostram em 2022, 33,1 milhões de pessoas não tinham o que comer. Essa edição da pesquisa mostra que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome). O país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990 (REDE PENSSAN, 2023).

Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) apontam que no último trimestre de 2023, 27,6% (ou 21,6 milhões) dos domicílios brasileiros estavam em algum grau de Insegurança Alimentar, revelando que houve melhora nos últimos meses (IBGE, 2024). Neste estudo, ressalta-se a necessidade de abordagem transversal sobre as expressões da insegurança alimentar em todas as suas intensidades e sobre como elas se refletem nas dimensões de gênero, raça, classe, além de aspectos relacionados à idade e ao território. Historicamente os dados têm comprovado que os lares chefiados por mulheres pobres e pretas ou pardas são os mais vulneráveis à Insegurança Alimentar (IA). Cabe portanto, que seja empregada a perspectiva da interseccionalidade como chave de leitura e de análise, inclusive e sobretudo em pesquisas que tratam da questão da alimentação e nutrição a partir do território (DEMÉTRIO; SCAGLIUSI, 2023).

Análises demonstram a associação entre a situação de insegurança alimentar e as desigualdades de raça/cor e gênero. Os números revelam que essas duas dimensões são determinantes no que diz respeito ao acesso à alimentação saudável e a outros indicadores sociais, destacando a urgência de

políticas públicas e ações coletivas para garantir o direito humano à alimentação adequada (REDE PENSSAN, 2022; SILVA *et al.*, 2022 ).

Considerando o cenário epidemiológico atual e a organização da saúde no território é imprescindível que sua capacidade de rastreamento e resposta à Insegurança Alimentar seja ampliada, contribuindo não apenas para o enfrentamento igualitário dos problemas de saúde, mas como um espaço de efetivação do direito à saúde e à alimentação (BRASIL, 2022).

Através de pesquisas e estratégias de Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional, fortalecendo o eixo estratégico da intersectorialidade presente na Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2013).

A atual edição do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014) aborda os impactos sociais, ambientais e econômicos do sistema agroalimentar e os obstáculos para a promoção da alimentação saudável e traz como uma alternativa o fortalecimento do consumo de alimentos de base agroecológica. Além disso, a Agroecologia sustenta o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) referendado no Brasil pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) (AZEVEDO; PELICIONI, 2011).

A Escola Popular de Agroecologia na Serra da Misericórdia - Construindo Raízes para o futuro nasceu durante a pandemia de COVID-19 para atuar com as crianças a partir de uma preocupação com a suspensão das aulas nas escolas públicas do município do Rio de Janeiro. Desde então, uma parceria foi estabelecida entre lideranças locais, mães e profissionais de saúde para o desenvolvimento de diversas atividades tais como: leitura, matemática, teatro e agricultura urbana, realizadas duas vezes na semana. Este projeto foi desenvolvido através do projeto da Fiocruz (COVID nas favelas) e atendia aproximadamente 40 famílias no ano de 2020.

Através desta iniciativa, são oferecidos lanches para as crianças que frequentam a Escola Popular. Estes lanches são produzidos por mulheres da comunidade a partir de alimentos produzidos no local e doações.

Nesse sentido, a pergunta de pesquisa que orienta esta pesquisa é: quais as interferências e os desafios relacionados a gênero, raça e classe para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada? E a hipótese é que gênero, raça e classe interferem nas condições de realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e os principais desafios estão relacionados ao acesso a alimentos saudáveis, renda e políticas públicas.

## **2- REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste capítulo, desenvolveu-se inicialmente uma discussão sobre as bases teóricas que sustentaram a pesquisa sobre agroecologia, alimentação saudável e bem viver; o encontro da agroecologia com a educação popular e o olhar interseccional para as questões de gêneros, raciais e como as mudanças climáticas interferem no sistema alimentar e consequentemente na Segurança Alimentar e Nutricional.

### **2.1. Agroecologia, alimentação saudável e bem viver**

Levando-se em conta o atual sistema alimentar global em que a perspectiva do lucro se sobrepõe a do alimento, temos um sistema de distribuição que depende do transporte a grandes distâncias e do consumo voraz de combustíveis fósseis, fazendo com que os territórios importem cada vez mais o que consomem e exportem cada vez mais o que produzem. Faz-se necessário buscar caminhos efetivos para superar os desafios socioambientais que enfrentamos (ANA, 2018).

Para Burigo e Porto (2019), a questão agrária esteve bastante ausente na consolidação da saúde coletiva desde seu início nos anos 1970. Porém, nas últimas décadas, a relação da saúde com a questão agrária e o enfrentamento do agronegócio, principalmente a partir da agenda dos agrotóxicos, vêm crescendo de importância estratégica.

De acordo com o manifesto da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, comida de verdade é caracterizada por alimentos *in*

*natura* e minimamente processados em detrimento de produtos ultraprocessados. Garante a soberania alimentar; protege o patrimônio cultural e genético; reconhece a memória, os saberes, os sabores, os fazeres e os falares, a identidade, os ritos envolvidos, além de reconhecer o protagonismo da mulher e respeitar os princípios da integralidade, universalidade e equidade, os mesmos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) (CONSEA, 2006).

No Brasil, antes da inclusão do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no texto constitucional no ano de 2010 (Emenda Constitucional 64), é publicada em 2006 a Lei 11.346, conhecida como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é entendido como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Artigo 3º, Lei 11.346/2006 - LOSAN).

A LOSAN reconhece a alimentação adequada como direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização de direitos, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Pensando a alimentação no contexto da garantia dos direitos humanos universais, o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que toda pessoa tenha direito a um nível de vida adequado que lhe assegure saúde e bem-estar e em especial, alimentação. O DHAA é indispensável para a sobrevivência e vai além de ter o acesso físico ou não ao alimento. Logo, SAN e DHAA apresentam forte relação (SILVA *et al.*, 2017).

Alimentação adequada é aquela que não traga riscos, nem tão pouco favoreça o surgimento de doenças, como é o caso do consumo de alimentos com alto teor de resíduos de agrotóxicos. A Agroecologia possui um relevante papel na concretização do DHAA, por ter uma proposta que transcende o modelo hegemônico de produção agroalimentar e viabiliza estratégias de uso do solo com melhor capacidade de favorecer a autonomia do agricultor, a

manutenção do equilíbrio ecológico e a participação efetiva dos agricultores, povos e comunidades tradicionais (BEZERRA; ISAGUIRRE, 2013).

O relatório de Olivier de Schutter ressalta a agroecologia como “um conceito coerente para projetar os sistemas agrícolas futuros, pois está fortemente enraizada tanto na ciência quanto na prática e porque apresenta fortes conexões com os princípios do direito à alimentação adequada” (Schutter, 2012, p. 9).

A agroecologia originou-se como uma ciência que aplica os conceitos e princípios ecológicos para o estudo e manejo dos sistemas agrícolas, gerando uma base científica para o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável (Gliessman, 1990; Embrapa, 2006). Embora os primeiros estudos nessa área tenham surgido ainda no início do século XX, foi a partir da década de 1980 que a sua base conceitual e metodológica começou a ser mais difundida. Fundamentada na valorização da diversidade cultural e biológica, a prática agroecológica busca conservar e resgatar as variedades crioulas e o conhecimento tradicional das populações locais (Embrapa, 2006).

Soares, Oliveira e Moraes (2022) consideraram a agroecologia como campo de conhecimento e por isso ela disputa o espaço da ciência ‘oficial’ no esforço de traduzir e sistematizar, para essa linguagem, conhecimentos vivos que mantêm, há alguns milhares de anos, a humanidade de pé. Sendo também resultado da colaboração entre agricultoras/es, técnicas/os, pesquisadoras/es e das lutas de movimentos populares.

A globalização capitalista e suas múltiplas formas de acumulação, têm impactos na natureza. O crescimento de migrações forçadas, provocadas pela combinação entre mudança climática, crise econômica e conflitos políticos atingem milhões de pessoas. De acordo com o Instituto Igarapé (2018) desde 2000, pelo menos 7,72 milhões de pessoas foram deslocadas forçadamente no Brasil. Mais de 6.4 milhões tiveram que abandonar seus lares em função de desastres naturais e outras 1,2 milhões em decorrência de projetos de desenvolvimento (IGARAPÉ, 2018).

Além disso, existem os meios de comunicação que promovem o consumismo e o individualismo. Esse modelo de vida produzido pelo

capitalismo neoliberal afeta a sociedade e o ambiente e com isso a discussão sobre as noções de bem viver passam a adquirir maior visibilidade (SIQUEIRA; GONÇALVES; SANTOS, 2023).

Segundo Cunha e Sousa (2023), no Brasil ainda não se tem densidade de publicações nem de debate público em torno do Bem Viver, pois é um debate recente e crescente. O conceito de bem viver nasce na América Latina – *bien viver* ou *viver bien* –, especificamente a partir das bases culturais dos povos originários da América do Sul e dos movimentos indígenas no continente, como forte crítica ao processo liberal e civilizatório e como proposta alternativa ao modelo de desenvolvimento vigente (Van Hulst e Belling, 2013).

Existem outros significados para o termo: em guaraní, “Teko Kavi” significa vida boa e viver bem (respeitar a vida). “Buen Vivir”, para los Embera de Colômbia, é estar em harmonia entre todos. O Bem Viver relaciona-se à melhoria da qualidade de vida das pessoas (alimentação, vestimenta e habitação, por exemplo), o que se obtém por meio da educação, das relações familiares, trabalho, hábitos e ambiente. A concepção do Bem Viver enaltece o fortalecimento das relações comunitárias e solidárias, os espaços comuns e as mais diversas formas de viver coletivamente, respeitando a diversidade e a natureza (ACOSTA, 2016).

Nesse sentido, faz-se necessário desenvolver estudos que permitam criar bases de informações capazes de medir e avaliar o que é relevante para o desenvolvimento humano, com indicadores que sejam acessíveis à população e relevantes para as comunidades. Ou seja, desenvolver um pensamento crítico que não parta de perspectivas eurocêntricas baseadas na modernidade, mas que seja construído na relação com as pessoas, incluindo os movimentos sociais, comunidades tradicionais e universidades (ACOSTA, 2016).

Cabe destacar como espaços de construção coletiva de saberes em agroecologia, a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em 2002 e da ABA-Agroecologia em 2004. Essas organizações nacionais contribuíram para a construção de uma perspectiva de agroecologia que dialoga com a promoção da SAN e do DHAA. Outro aspecto relevante, foi a institucionalização da Política Nacional de Agroecologia de Produção Orgânica

(Pnapo) em 2012 e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

É relevante salientar que a partir de 2016, foi observado um progressivo enfraquecimento e desmonte das políticas públicas de garantia de direitos relacionadas ao fortalecimento de sistemas alimentares sustentáveis (RIBEIRO-SILVA *et al.*, 2020; ALPINO *et al.*, 2020), incluindo a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e a Pnapo (ANA, 2022).

A política de austeridade fiscal adotada pelo governo Temer e Bolsonaro, afetou também as instituições participativas. Como a extinção do Consea, junto com a desativação da Câmara Interministerial de SAN (Caisan), além de uma série de dispositivos legais que alteraram a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), anularam a instância federal de debate sobre as políticas públicas de SAN, desarticulando a participação social, a intersetorialidade e os processos de monitoramento e controle social dessas políticas (DELGADO; ZIMMERMANN, 2022).

A 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2023, com o lema: “Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade” marca não só a retomada do evento, mas a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. As conferências deste tipo ocorrem desde 1994 e a última estava marcada para 2019, quando o ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro extinguiu o Consea via Medida Provisória (ANA, 2023).

É nesse sentido que a reativação dos conselhos de participação da sociedade civil — como Consea, Caisan, CNAPO, Condraf, entre outros —, garantem não apenas seu caráter consultivo, mas também tem poder deliberativo (ou seja, possam tomar decisões). Cabe destacar, a retomada da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) como um importante passo para a efetiva institucionalização da agroecologia pelo Estado como referencial sociotécnico para transformação dos sistemas agroalimentares (ANA, 2024).

Segundo a Articulação Nacional de Agroecologia, a reestruturação do aparato federal de apoio ao meio rural deve priorizar a agroecologia como alternativa viável para recuperação da capacidade de produção, distribuição e comercialização de alimentos saudáveis para a população do campo e das cidades (ANA, 2022).

Em 12 de setembro de 2023 foi aprovado o Decreto nº 11.700 que institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (BRASIL, 2023). No entanto, a institucionalização da Agroecologia é apenas mais um passo para tornar o DHAA realizável no espaço nacional.

## **2.2. O encontro da agroecologia com a Educação Popular**

A Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) instituída em 2013, reafirma o compromisso com a universalidade, a equidade, a integralidade e a efetiva participação popular no SUS, e propõe uma prática político-pedagógica que perpassa as ações voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a partir do diálogo entre a diversidade de saberes, valorizando os saberes populares, a ancestralidade, o incentivo à produção individual e coletiva de conhecimentos e a inserção destes no SUS (BRASIL, 2013).

O fazer pedagógico da PNEPS dialoga com a concepção de educação enquanto prática social e de liberdade proposta por Freire, essa concepção promove a horizontalidade na relação educador-educando e a valorização das culturas locais, da oralidade, contrapondo-se em seu caráter humanístico, à visão elitista de educação (BRASIL, 2014).

Adotaremos o seguinte conceito proposto como definição para agroecologia:

Constitui, em resumo, um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnicização da agricultura (Leff, 2002, p. 42).

Estudos demonstram uma multiplicidade de processos pedagógicos que a agroecologia como campo teórico vem aprofundando com modo de fazer extensão/pesquisa e educação de forma equitativa, não



discriminatória, criando diversas estratégias educativas (MARQUES; SOUSA; ROSAL, 2022).

Vale destacar a importância da contribuição que o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) vem dando em torno do debate da educação no campo brasileiro. Conforme Bezerra Neto (2005), expõe ainda é necessário mais pesquisas a respeito do trabalhador que luta e conquista a terra (BEZERRA NETO, 2005).

O MST é um movimento de massas de caráter sindical, popular e político. Traz uma bandeira de luta pela terra, a reforma agrária e mudanças estruturais na sociedade (SAVELI, 1999).

O Setor de Educação, responsável por tratar da questão do direito à educação e à escola das crianças e dos jovens Sem Terra, foi articulado em nível nacional a partir de 1987. Atualmente o MST acompanha o trabalho de aproximadamente mais de 2.000 escolas públicas em todo o país. Atinge cerca de 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso à educação garantida e mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades públicas por todo o país (MST, 2023).

A história da educação no MST é parte da história do próprio Movimento. Savelli (1999) argumenta sobre o princípio fundamental das escolas dos assentamentos, “toda aprendizagem e todo ensino devem partir da realidade. Essa realidade é tomada no sentido de realidade próxima e/ou distante. Este princípio educativo tem a realidade como ponto de partida e ponto de chegada, o que implica dizer que tudo o que as crianças estudam deve estar ligado com sua vida prática e com necessidades concretas suas, de seus pais e de sua comunidade”.

No Caderno de Educação Infantil: Movimento da vida, dança do aprender do MST, relata que com o passar do tempo, a partir de um longo processo de discussão nos coletivos de educação estaduais e nacional, o MST passa a chamar os espaços de Educação Infantil de Ciranda Infantil. Nome ligado à cultura popular, dança, brincadeira, cooperação e ao coletivo. Um dos desafios definidos pelo MST é lutar por políticas públicas para a Educação Infantil no Campo, uma educação que respeite a diversidade dos sujeitos.

Destaca-se que foi no IV Congresso Nacional do MST, realizado de 07 a 11 de agosto de 2000, que foi aprovada uma deliberação específica sobre esse tema, que afirma a necessidade de “[...] Estimular práticas agroecológicas e o respeito ao meio ambiente” (Marcelo HARSEN SCHLACHTA, 2008, p. 59). Neste congresso, o MST passa a assumir oficialmente a agroecologia como categoria de construção da Reforma Agrária Popular e do Projeto Camponês Popular para o campo.

Contribuindo nessa questão sobre a educação popular agroecológica, Berthet (2012), propõe que processos educadores sejam comprometidos com a sustentabilidade socioambiental e precisam ser permanentes, articulados com a totalidade de habitantes de cada território.

Isso implica garantir que as crianças tenham várias experiências de trabalho prático e com utilidade real, que tenham oportunidades de aprender a se organizar, a trabalhar em grupo, dividindo tarefas, tomando decisões, resolvendo problemas que a prática vai apresentando (SAVELI, 1999).

Podemos considerar como exemplo a experiência de pedagogia do encontro vivenciada no território quilombola, em Quissamã, durante a pandemia onde tiveram que repensar em estratégias para a manutenção da vida. E para isso foi necessário valorizar as memórias de cuidado e as particularidades constitutivas das áreas, como a cultura, as formas de produção da existência, os modos de organização do trabalho, a ancestralidade, os saberes, o uso de plantas, os itinerários de cuidado com a saúde, o benzimento, a religiosidade, a culinária, o uso de ervas medicinais, enfim, as tecnologias sociais em confluência com a sociobiodiversidade (ALVES et al., 2022).

Neste trabalho, a perspectiva pedagógica assumida pelo movimento agroecológico e pelo MST fazem parte do referencial teórico, uma vez que a Escola Popular de Agroecologia inspira-se nas propostas de formação do MST e nos debates da Rede Carioca de Agricultura Urbana e da Articulação Nacional de Agroecologia. Considerando que a motivação inicial para este trabalho foi a atuação da autora como Nutricionista de uma Equipe

Multiprofissional (eMulti), cabe destacar as contribuições da PNEPS para os processos de condução e análise do estudo.

### **2.3. Sistema Alimentar Hegemônico: o Nutricídio ou genocídio alimentar em debate**

O conceito de Nutricídio tem aparecido em diversos espaços de debate, merecendo por isso um olhar mais cuidadoso. O que de fato quer dizer este conceito e quais são as suas raízes? Apesar do termo Nutricídio ter começado a figurar em discursos de alguns ativistas brasileiros que tratam do relevante debate acerca da exposição da população preta, pobre e periférica a alimentos de pior qualidade que causam adoecimento e morte, este é um debate que ainda pouco alcançou a academia.

Neste caminho, a leitura de documentos que tratam sobre as desigualdades causadas por esse sistema alimentar é essencial, incluindo leituras como: Diálogos sobre ultraprocessados: soluções para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis (JAIME et al, 2021); As dimensões dos sistemas alimentares no Brasil: uma revisão de literatura (AZEVEDO et al, 2021); Relatório Dinâmica e diferenças dos preços dos alimentos saudáveis e ultraprocessados no Brasil.

Hegemonicamente, o sistema alimentar brasileiro está baseado em uma produção de alimentos em larga escala, com cultivos monoculturais ou pecuária extensiva, com alto uso de agrotóxicos e aditivos químicos (IDEC, 2021).

Para reverter tal cenário, é necessário aliar a produção de alimentos a sistemas menos impactantes ambientalmente e que, idealmente, contribuam com a preservação e a manutenção da biodiversidade. Entre as recomendações, destacam-se a diversificação produtiva, o incentivo à agroecologia, a produção pecuária de baixo impacto, medidas de controle e redução do uso de agrotóxicos, ampliação das áreas de proteção ambiental,

cumprimento da Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC) e metas acordados no Acordo de Paris (AZEVEDO et al, 2021).

Sistemas alimentares sustentáveis seriam aqueles que promovem os resultados globais da saúde humana, saúde ecológica, igualdade social e prosperidade econômica. Eles têm um baixo impacto ambiental, apoiam a biodiversidade, contribuem para a segurança alimentar e nutricional e apoiam as culturas e tradições alimentares locais. (SWINBURN et al., 2019, p. 6, tradução da autora)

De qualquer forma, cabe ressaltar que o Sistema Alimentar Hegemônico tem promovido alterações ambientais e afetado a saúde das pessoas, mas vivenciado sob a marca das desigualdades uma vez que a população negra e as mulheres estão em maior risco e mais vulneráveis (FIOCRUZ, 2019).

Swinburn et al., 2019 considera o conceito de “sindemia global” a sinergia existente entre essas três pandemias (desnutrição, obesidade e mudanças climáticas) que coexistem, interagem entre si e compartilham fatores sociais comuns entre suas causas e consequências.

De acordo com Triches (2020) a escassez ou excesso de chuvas, por exemplo, afetam as culturas agrícolas, inviabilizando colheitas e aumentando consideravelmente os preços dos alimentos, o que toca no quesito da acessibilidade econômica.

A atuação do SUS junto com outras políticas é observada por Machado *et al.* (2021), essencialmente por meio da Atenção Primária à Saúde (APS), a fim de combater a sindemia global, promovendo o controle das prevalências de obesidade e desnutrição, além de contribuir na mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar e Nutricional (Rede Penssan 2021), a desigualdade financeira é um fator agravante da fome. As questões de gênero e raça também se tornam emblemáticas: quando avaliada a pessoa de referência do domicílio, as mulheres são as mais atingidas, com 64,1% apresentando pelo menos uma dimensão de insegurança alimentar (ISAN) e 11,1% em estado de fome. Já

dentre as pessoas autodeclaradas negras, 59,3% estão em ISAN. É um contexto de alta gravidade que requer ação urgente.

Achados de Silva *et al.* (2022), evidenciam a desigualdade no acesso à alimentação, em que a chefia feminina negra se apresenta mais vulnerável à insegurança alimentar. Dentre os 14.713 domicílios entrevistados da cidade de Salvador, a maioria (50,1%) tinha como responsável mulher negra, seguida de homem negro, com 35,4%.

Os mesmos autores, destacam no artigo sobre a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) no desafio de desvendar iniquidades em grupos interseccionais que esses resultados dialogam com a condição social e econômica da população negra no Brasil, que é vitimada pelo racismo e, conseqüentemente, vulnerabilizada pela pobreza e por dificuldades de ascensão social que impedem a manutenção da própria vida devido à falta do alimento básico.

Em se tratando de saúde no Brasil, as políticas públicas dos últimos anos contribuíram para a redução das desigualdades. A partir do entendimento do racismo como determinante das condições de saúde da população negra, foi instituído em maio de 2009, pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), cujo objetivo é promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e nos serviços do SUS (BRASIL, 2017).

É válido destacar que foi sancionada no começo da gestão do governo atual a lei que tipifica como crime de racismo e injúria racial. Enquanto o racismo é entendido como um crime contra a coletividade, a injúria é direcionada ao indivíduo (BRASIL, 2023). Em consonância com a PNSIPN, é importante o Estado reconhecer o racismo, as desigualdades étnico-raciais e o racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde.

Segundo Hirata (2014), o uso do termo “interseccionalidade” foi desenvolvido nos países anglo-saxônicos a partir da herança do *Black Feminism*, desde o início dos anos de 1990, para designar a interdependência

das relações de poder de raça, sexo e classe. A autora considera sexo, raça e classe como uma unidade indissociável.

Akotirene (2019) discute o conceito de interseccionalidade e considera como um “sistema de opressão interligado”. Ao encontro das escritas da filósofa Angela Davis em seu livro *Mulheres, raça e classe*.

É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 2016).

Há inúmeras construções a respeito da interseccionalidade, e reduzi-la a uma vertente feminista ou a partir de uma noção que compreende a interseccionalidade como uma forma de identificar como as opressões se aprofundam em determinadas experiências é reduzir seu potencial político crítico.

Em estudo realizado por Bueno e Anjos (2021), voltamos a compreender que a interseccionalidade é nesses escritos tematizada, não como lugar de síntese e consubstancialidade fixa, mas de prosseguimento de uma multiplicidade de forças históricas. Não encontraríamos na academia recursos para os impasses que a apropriação epistemicida impõe à interseccionalidade como teoria. É possível afirmar que a condição e a experiência de mulheres negras continuam sendo distintas.

Patricia Hill Collins (2009) reforça essa ideia, quando diz: “Significa apenas que a responsabilidade pela definição da realidade de cada um cabe, sobretudo, a quem vive essa realidade, a quem realmente passa por essas experiências” (Collins, 2009: 70).

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios

para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019).

Mulheres negras são consideradas pouco capazes porque existe todo um sistema econômico, político e jurídico que perpetua essa condição de subalternidade, mantendo-as com baixos salários, fora dos espaços de decisão expostas a todo tipo de violência (ALMEIDA, 2019).

As condições de vida e trabalho dos indivíduos estão relacionadas com sua saúde. De acordo com a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 a saúde possui como determinantes e condicionantes, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, entre outros (BRASIL, 1990).

As vulnerabilidades sociais e alimentar já eram visíveis antes da pandemia, mas conforme os dados do VIGISAN a pandemia aprofundou mais ainda as desigualdades econômicas e sociais no Brasil. Aumentou a situação de desemprego e perda de renda, o que impactou no padrão alimentar, pois quanto mais barato e acessível é o ultraprocessado produzido por grandes conglomerados em relação ao alimento *in natura* ou pouco processado, maior é a modificação do padrão de consumo alimentar em prol de uma alimentação menos saudável (ACT, 2021).

O desafio de construir sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis requer intervenções estruturais, incluindo as já citadas construção de guias alimentares que orientem ações de educação alimentar e nutricional, e adoção de medidas regulatórias que facilitem o entendimento do consumidor e desencorajam o consumo de produtos ultraprocessados (NUPENS, 2021).

Para isso, é necessário fortalecer o papel de lideranças locais e ampliar espaços de diálogo e formação de redes de forma a enfrentar as assimetrias de poder que marcam e perpassam os sistemas alimentares. Neste contexto, destaca-se mais uma vez a potência da Escola Popular Agroecológica como espaço para a construção compartilhada de conhecimento.

Para Quijano (2000) e Walsh (2005), a colonialidade atravessa praticamente todos os aspectos da vida e se configura a partir da: (1)

colonialidade do poder – refere-se ao estabelecimento de um sistema de classificação social baseado na categoria de “raça”; (2) colonialidade do saber – reporta-se à suposição de que a Europa se constituía como centro de produção do conhecimento; (3) colonialidade do ser – corresponde à subalternização e desumanização dos sujeitos colonizados; e (4) colonialidade da natureza e da própria vida – concerne à divisão binária natureza/sociedade, em que se nega a relação milenar entre mundos biofísicos, humanos, espirituais, descartando-se o mágico-espiritual-social que dá sustentação aos sistemas integrais de vida e de conhecimento dos povos ancestrais.

O Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) aborda obstáculos potenciais para a adoção das recomendações sobre a escolha de alimentos. Esses obstáculos são identificados como: informação, oferta, custo, habilidades culinárias, tempo e publicidade. O guia salienta que embora legumes, verduras e frutas possam ter preço superior ao de alguns alimentos ultraprocessados, o custo total de uma alimentação baseada em alimentos in natura ou minimamente processados ainda é menor no Brasil do que o custo de uma alimentação baseada em alimentos ultraprocessados (BRASIL, 2014).

Destacam-se as seguintes ações do atual governo Federal para combater a fome no país, são elas: O Programa Cozinhas Solidárias foi criado em julho de 2023, por meio da Lei 14.628/2023, e é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Com a regulamentação da iniciativa, o MDS passa a apoiar essa rede, que já ultrapassa 2,7 mil estabelecimentos mapeados pela pasta.

O decreto nº 11.936/2024 que normatiza a nova composição da cesta básica busca assegurar o direito à alimentação adequada. O documento foi elaborado com base no Guia Alimentar da População Brasileira e aponta diretrizes para a formulação de políticas públicas. As orientações abordam temas como a quantidade e a qualidade dos alimentos (CONSEA, 2024).



### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1. Objetivo geral**

Compreender os desafios e as potencialidades para a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) em um território urbano a partir de uma experiência agroecológica desenvolvida com mulheres no município do Rio de Janeiro.

#### **3.2. Objetivos específicos**

- Compreender as potencialidades das ações desenvolvidas por mulheres no funcionamento da Escola Popular;
- Analisar os desafios e interferências referente ao cuidado relacionado ao Direito Humano à Alimentação Adequada na perspectiva da interseccionalidade e da agroecologia;
- Sistematizar a proposta de um produto técnico: “O caderno das atividades desenvolvidas na Escola Popular de Agroecologia”

#### 4. CAMINHO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo qualitativo utilizando as técnicas de Observação Participante e Grupo Focal. Escolheu-se a pesquisa qualitativa porque esta trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações. O pesquisador ao mesmo tempo pode ser o sujeito e o objeto de pesquisa, quando vai até o campo captar o fenômeno em estudo a partir das perspectivas das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes (MINAYO, 2001).

A Observação Participante, enquanto técnica de investigação pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa (MINAYO, 2004). Nesta pesquisa, foram privilegiados como espaço de observação e registro as ações cotidianas da Escola Popular de Agroecologia, incluindo a produção das refeições servidas para as crianças matriculadas.

Para o registro foi utilizado o instrumento de diário de campo, um caderno de notas em que o investigador, dia por dia, vai anotando o que observa (MINAYO, 2004). Esta observação foi guiada pelos objetivos descritos no item anterior.

Com relação ao Grupo Focal (GF), obedeceram aos seguintes critérios de inclusão: foram convidadas as mulheres envolvidas de forma direta ou indireta das atividades e lideranças locais. Critérios de exclusão: Crianças, adolescentes ou mulheres que não participam das atividades. Entende-se que o GF:

é uma técnica de pesquisa na qual o pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002).

Foram realizados 02 encontros de grupos focais com os seguintes temas: Encontro 01: Comida de Verdade, na Escola e na Comunidade!  
Encontro 02: O que é a Escola Popular de Agroecologia?

Seguindo as recomendações da literatura para a coleta de dados, foi utilizado um roteiro com temas relacionados, a fim de possibilitar ideias e sugestões para construção do produto técnico (APÊNDICE A).

Os encontros foram gravados, com a permissão dos interlocutores e posteriormente passado por uma transcrição literal do áudio, identificando quais participantes contribuíram com cada fala.

Os grupos focais foram realizados em dois diferentes dias. O primeiro grupo foi realizado no dia 20/02/2024, na Clínica da Família da AP 3.3/RJ, realizamos uma roda de conversa sobre sexualidade x comida de verdade no auditório da Clínica com moradoras do território, profissionais de saúde, lideranças comunitárias e estudantes, com o seguinte objetivo: Analisar os desafios e interferências referente ao cuidado relacionado ao Direito Humano à Alimentação Adequada na perspectiva da interseccionalidade e da agroecologia. Nesse dia participaram 13 mulheres.

Já o segundo encontro foi realizado no formato online, no dia 04/04/2024, escolheu-se o formato online para facilitar a disponibilidade de agenda dos educadores da Escola Popular de Agroecologia (EPA). Além da facilidade de acesso. O objetivo desse encontro foi: Descrever o processo de organização e produção das refeições servidas na Escola Popular Agroecológica; Compreender as potencialidades das ações desenvolvidas por mulheres no funcionamento da Escola Popular Agroecológica. O total de participantes desse encontro, foram 08 pessoas, sendo parceiros, educadores populares da escola e estudantes.

Abaixo apresentam-se dois quadros com o perfil de participantes, sendo o Quadro 01 composto por moradoras e o Quadro 2 pelas parcerias.

Quadro 01: Perfil das moradoras participantes nos Grupos Focais

<b>Código</b>	<b>Vínculo com o território</b>	<b>Gênero</b>	<b>Cor/Raça</b>
E2	Moradora	F	Parda
E4	Moradora	F	Preta
E5	Moradora	F	Parda

E8	Moradora	F	Parda
E9	Moradora e Educadora Popular	F	Preta
E13	Moradora e Educadora Popular	F	Parda
E16	Moradora	F	Parda

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 02: Perfil das parcerias que participam na EPA participantes nos Grupos Focais

<b>Código</b>	<b>Vínculo com o território</b>	<b>Gênero</b>	<b>Cor/Raça</b>
E1	Parceira e Educadora Popular	F	Parda
E3	Parceira e Estudante Universitária	F	Branca
E6	Parceira	F	Preta
E7	Parceira e Estudante Universitária	F	Branca
E10	Parceira e Médica	F	Branca
E11	Parceira e Estudante Universitária	F	Branca
E12	Parceira e Educadora Popular	F	Branca
E14	Parceira e Educadora Popular	F	Branca
E15	Parceira	F	Branca
E17	Parceira	F	Preta
E18	Parceiro e Educador Popular	M	Preta
E19	Parceira	F	Parda
E20	Parceira	F	Branca
E21	Parceira	F	Parda

Fonte: Elaboração Própria

Importante destacar que foram realizadas tentativas anteriores para realização do grupo focal, porém foram adiadas devido a conflitos no território (operações policiais) e fortes chuvas, impossibilitando a locomoção dos

moradores do Complexo da Penha. Assim como o acesso à educação e a saúde no território, tendo em vista que escolas e Clínicas da Família atuam na região.

Inclusive, no dia da realização do primeiro grupo focal estava chovendo, o que impossibilitou uma maior participação de pessoas.

Para a análise, foi empregada a análise por categorias que “resume e sistematiza os principais temas e padrões de dados textuais e explora a compreensão de uma questão ou um problema e os significados e sentidos de ideias de indivíduos em determinado contexto” (Rocha *et al.* 2024). Essa técnica torna possível uma sistematização dos dados textuais, permite a divulgação de cada etapa do processo analítico e ajuda na organização da análise e da apresentação dos dados (GOMES, 2002).

Esta dissertação apresenta resultados em formato de artigo submetido para a revista *Salud Colectiva*, Universidad Nacional de Lanús, respeitando as normas para submissão (APÊNDICE C).

O produto técnico foi construído a partir de necessidade identificada por educadoras e lideranças da EPA e elaborado junto com organizações parceiras. É um produto de editoração composto de textos e fotografias que descrevem as atividades desenvolvidas no local.

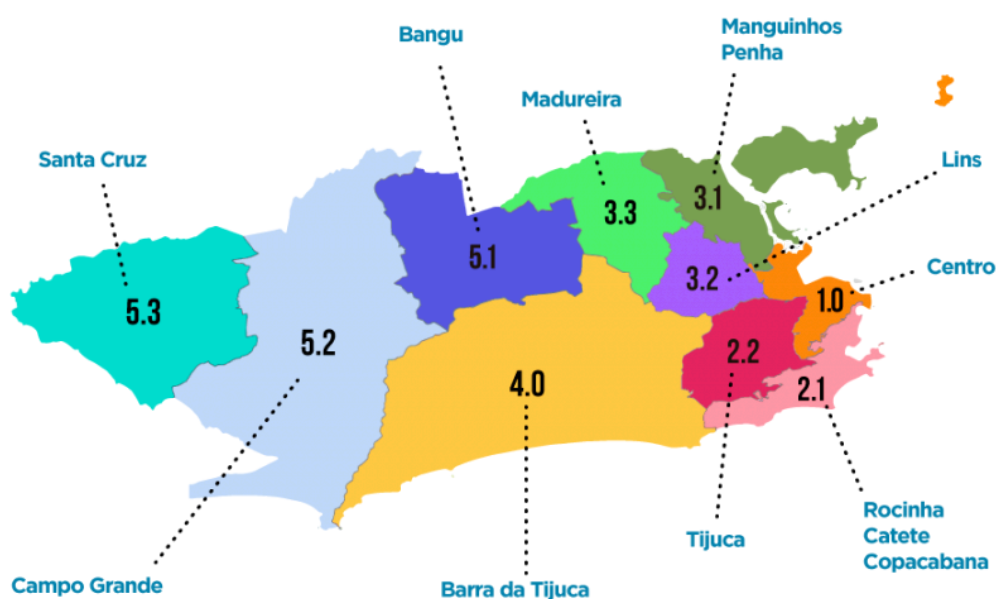
De modo a garantir a privacidade dos sujeitos e a autorização para publicação dos resultados, foi apresentado a todas as participantes os objetivos do estudo e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B).

Destaca-se ainda quanto aos aspectos éticos que este projeto obedece aos critérios das resoluções 466, de 12 de dezembro de 2012 e CNS n° 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde e foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (CAAE: 70035423.6.0000.5285).

#### 4.1. Cenário de Estudo

A pesquisa de campo foi realizada na Área Programática 3.1 do município do Rio de Janeiro, local onde atuava a autora desta pesquisa durante sua idealização. Desde 1993, a Secretaria Municipal de Saúde dividiu geograficamente a cidade em 10 áreas programáticas (APs) para melhorar o gerenciamento dos serviços de saúde (figura1).

Figura 1: Mapa da Divisão das Áreas Programáticas em Saúde do município do Rio de Janeiro



Fonte: <http://www.portal.asasrio.org/>

A pesquisa de campo foi desenvolvida em parceria com uma organização comunitária, que está presente na AP 3.1 e é uma organização comunitária sem fins lucrativos que, desde 2011, atua no Complexo da Penha, mais precisamente na localidade conhecida como: Terra Prometida, onde localiza-se a Escola Popular de Agroecologia na Serra da Misericórdia - Construindo Raízes para o futuro.

A Serra da Misericórdia é um maciço rochoso que mede 43,9 quilômetros situado na Zona Norte do Rio de Janeiro. O nome Serra da Misericórdia está ligado a um conto popular sobre a construção da Igreja icônica da Penha (Figura 1) (HOFFMAN, 2015).

Figura 2: Área verde da Serra da Misericórdia na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: HOFFMAN, Ava Rose. **Cadê o Parque Municipal da Serra da Misericórdia?** 2015. Disponível em: <https://rionwatch.org.br/?p=16172>. Acesso em: 23 mar. 2024.

A riqueza geológica da área trouxe às empresas de mineração para desenvolverem pedreiras para produção de concreto no início dos anos de 1940. Essas pedreiras exploram a brita na região, causando danos sérios à saúde da população devido à dispersão de poeira de sílica na atmosfera (HOFFMAN, 2015).

Em 2000, depois da pressão do Verdejar (Organização da sociedade civil que luta por Justiça Socioambiental e Alimentar na Serra da Misericórdia), de colaboradores sociais e de movimentos ambientalistas da região, o Decreto Municipal 19.144 designou a Serra da Misericórdia uma Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU), (Figura 2).

Figura 3: Linha do Tempo da Serra da Misericórdia, Rio de Janeiro



Fonte: autoria própria

Em 2006, o prefeito César Maia assinou o Decreto Municipal 27.469, estabelecendo a Serra da Misericórdia como Parque Municipal. Isto significa que a área está definida como parque natural, enfatizando a proteção ambiental, a conservação, a educação, o estabelecimento de áreas dedicadas à visitação pública e pesquisa, o projeto de reflorestamento e de atividades nativas de proteção das espécies, a delimitação dos limites adequados da expansão urbana e o aproveitamento do potencial da área para o estabelecimento do cultivo de energia eólica.

Em 2010, o prefeito Eduardo Paes assinou o Decreto Municipal 33.280, substituindo o decreto de 2006, transformando a Serra da Misericórdia em Parque Municipal Urbano. Sob o pretexto de conservação ambiental e desenvolvimento social, este novo decreto efetivamente despojou a Serra da Misericórdia das proteções ambientais estabelecidos pela legislação de 2006 e colocou a área sob a jurisdição da Fundação Municipal Parques e Jardins (HOFFMAN, 2015).



A escola surgiu durante a pandemia de COVID-19 com o objetivo de atender crianças do território da Serra da Misericórdia com diferentes faixas etárias e diferentes anos escolares para ações de educação integradas ao cuidado das hortas e quintais produtivos e fitoterápicos. A Escola procura trabalhar com reforço escolar e atividades focadas na alfabetização.

Além disso, conta com o apoio de duas unidades de saúde da família para atendimento das crianças matriculadas, onde são realizadas ações de acompanhamento em saúde como: avaliação antropométrica, imunização e encaminhamentos.

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **5.1 Artigo: "Porque tá tudo conectado": mulheres na defesa do Direito à Alimentação em uma experiência agroecológica urbana**

#### **“PORQUE TÁ TUDO CONECTADO”: AS MULHERES E A DEFESA DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO EM UMA EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA URBANA**

Raiane Silva da Penha

Vanessa Schottz

Juliana Pereira Casemiro

#### **RESUMO**

Este trabalho objetiva analisar os desafios para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a partir do olhar de mulheres que participam de uma experiência agroecológica urbana. Para isso, foram realizados Grupos Focais com moradoras, voluntárias e educadoras de uma Escola Popular de Agroecologia. Confirma-se que a renda é a principal barreira para uma alimentação adequada e saudável impactando sobretudo o acesso a frutas e legumes. O cuidado relacionado à alimentação, atribuído às mulheres, é prejudicado pela escassez de políticas públicas. Destacam-se como potências a comida como reafirmação de identidade e memória bem como a educação popular e os valores agroecológicos como formas de (re)construção de redes de apoio e solidariedade. Conclui-se que a auto-organização

das mulheres neste território fortalece o movimento agroecológico, resgata os valores agroecológicos e proporciona alternativas para outras comunidades e redes territoriais.

**Palavras-chave:** Direito Humano à Alimentação; Políticas Públicas; Saúde da Mulher Negra; Agroecologia Urbana

## INTRODUÇÃO

No Brasil, as populações de periferia de grandes centros urbanos são sistematicamente expostas a carências e vulnerabilidades que decorrem da deficiência de infraestrutura pública básica como saneamento, acesso à água, energia elétrica, terra e habitação. O acesso à alimentação adequada e saudável é comprometido tanto do ponto de vista físico como financeiro. Nestes contextos, são as mulheres negras as mais expostas, mas também aquelas que se ocupam do cotidiano dos cuidados e do trabalho doméstico assim como dos processos organizativos de fortalecimento do movimento agroecológico<sup>1</sup>.

As experiências de agroecologia urbana podem representar possibilidades de organização e mobilização política e crítica que se articulam aos debates sobre direito à cidade<sup>2,3</sup>. Tais experiências apresentam em si, potencial de promoção da autonomia das comunidades, geração de renda e de saúde e possibilidades de construção de alternativas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de abastecimento.

De forma contundente tem sido reconhecida a intersecção entre as desigualdades de gênero, raça e classe como determinante estrutural da distribuição de Insegurança Alimentar (IA) entre a população brasileira e mundial. Analisando dados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) a partir das dimensões raça e gênero, foi identificada maior vulnerabilidade à IA em famílias chefiadas por mulheres negras – pretas ou pardas segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Identificou-se que 4 em cada 10 lares chefiados por mulheres negras apresentavam privação de acesso aos alimentos e, em dois destes, seus moradores se encontravam em situação de fome. Cabe acrescentar que em todas as categorias da situação de emprego/trabalho (informal/desemprego, trabalho formal ou autônomo), domicílios chefiados por mulheres negras apresentaram mais frequência de IA moderada e grave, comparada àqueles com responsáveis homens brancos ou negros e mulheres brancas<sup>4</sup>.

A interseccionalidade aponta para sistemas múltiplos de subordinação e discriminação, suas consequências e dinâmicas estruturais nos campos da saúde e da alimentação e nutrição convocam à práticas mais reflexivas e à um trabalho vivo<sup>5</sup>.

Como destaca Almeida (2019), mulheres negras são consideradas pouco capazes porque existe todo um sistema econômico, político e jurídico que perpetua essa condição de subalternidade, mantendo-as com baixos salários, fora dos espaços de decisão e expostas a todo tipo de violência. Pode-se dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam<sup>6</sup>.

A promoção de sistemas alimentares mais saudáveis, justos e sustentáveis demanda o fortalecimento do papel de lideranças locais e a ampliação de espaços de diálogo e formação de redes de forma a enfrentar as assimetrias de poder que marcam e perpassam os sistemas alimentares. O sistema alimentar hegemônico relaciona-se a transtornos à saúde e bem-estar relacionados a situações de fome, obesidade, doenças crônicas, degradação ambiental e erosão de práticas culturais, entre outras que afetam desigualmente as populações<sup>7</sup>. Para dar respostas aos desafios postos, a agroecologia tem sido apontada como caminho que contribui para promoção do Direito Humano à Alimentação (DHAA) e a Soberania Alimentar<sup>8</sup>.

Neste sentido, este artigo tem como objetivo analisar os desafios para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, a partir do olhar de mulheres que participam de uma experiência agroecológica urbana.

### **CAMINHO METODOLÓGICO**

Trata-se de um estudo qualitativo, realizado a partir da técnica de Grupo Focal<sup>10</sup> com mulheres que integram uma experiência de agroecologia urbana.

A Escola Popular de Agroecologia da Serra da Misericórdia (EPA) nasceu durante a pandemia de COVID-19 para atuar com as crianças a partir de uma preocupação com a suspensão das aulas nas escolas públicas do município do Rio de Janeiro. Desde então, uma parceria foi estabelecida entre lideranças locais, mães e profissionais de saúde para o desenvolvimento de diversas atividades tais como: leitura, matemática, teatro e agricultura urbana em atividades realizadas duas vezes na semana. Este projeto atendeu aproximadamente 40 famílias no ano de 2020.

Foram realizadas duas sessões de Grupos Focais (GF) entre os meses de fevereiro e abril de 2024 tendo como temas: (1) Comida de Verdade, na Escola e na Comunidade e (2) O que é a Escola Popular Agroecológica?

Ao todo, 21 pessoas participaram das sessões de GF sendo 13 na primeira e 08 na segunda. Foram convidadas moradoras, voluntárias e educadoras. A partir do diálogo com as lideranças locais foram incluídas parcerias (saúde da família, universidade). Abaixo apresentam-se dois quadros com o perfil de participantes, sendo o Quadro 01 composto por moradoras e o Quadro 2 pelas parcerias.

Quadro 01: Perfil das moradoras participantes nos Grupos Focais

<b>Código</b>	<b>Vínculo com o território</b>	<b>Gênero</b>	<b>Cor/Raça</b>
E2	Moradora	F	Parda
E4	Moradora	F	Preta
E5	Moradora	F	Parda
E8	Moradora	F	Parda
E9	Moradora e Educadora Popular	F	Preta
E13	Moradora e Educadora Popular	F	Parda
E16	Moradora	F	Parda

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 02: Perfil das parcerias que participam na EPA participantes nos Grupos Focais

<b>Código</b>	<b>Vínculo com o território</b>	<b>Gênero</b>	<b>Cor/Raça</b>
E1	Parceira e Educadora Popular	F	Parda
E3	Parceira e Estudante Universitária	F	Branca
E6	Parceira	F	Preta
E7	Parceira e Estudante Universitária	F	Branca
E10	Parceira e Médica	F	Branca
E11	Parceira e Estudante Universitária	F	Branca
E12	Parceira e Educadora Popular	F	Branca

E14	Parceira e Educadora Popular	F	Branca
E15	Parceira	F	Branca
E17	Parceira	F	Preta
E18	Parceiro e Educador Popular	M	Preta
E19	Parceira	F	Parda
E20	Parceira	F	Branca
E21	Parceira	F	Parda

Fonte: Elaboração Própria

Quase a totalidade foram mulheres, o que corresponde à realidade da Escola visto que são elas que mais atuam neste espaço. Quanto à idade, a mais velha tinha 64 anos e a mais jovem 22.

Para a análise, foi empregada a análise por categorias que “resume e sistematiza os principais temas, padrões de dados textuais e explora a compreensão de uma questão ou um problema e os significados e sentidos de ideias de indivíduos em determinado contexto”. Essa técnica torna possível uma sistematização dos dados textuais, permite a divulgação de cada etapa do processo analítico e ajuda na organização da análise e da apresentação dos dados<sup>11</sup>. Para esse artigo, priorizou-se as falas das moradoras do território vinculadas a EPA.

Durante o processo de análise de dados emergiram quatro categorias de análise que organizam a apresentação dos resultados nesse artigo: (1) “Uns têm, outros não tem”; (2) Plantas para banho, para tempero e para nutrir; (3) “A mãe foi trabalhar...” e (4) “A gente vai colher lá na frente”.

Quanto aos aspectos éticos, destaca-se que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (CAAE: 70035423.6.0000.5285) respeitando as resoluções 466, de 12 de dezembro de 2012 e CNS n° 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **“Uns têm, outros não tem”**

O que não pode faltar na alimentação do dia-a-dia é a Comida de Verdade, num repertório que incluiu alimentos básicos como feijão, arroz, verduras, legumes e

frutas, mas também alimentos de identidade e de memória como o caruru, acarajé, e bolinho de feijão, dentre outros alimentos.

Pra mim é o feijão, porque sempre na minha família foi isso. Não tá bem, tá comendo pouco feijão. Então pra mim o feijão foi sempre essa referência da sustância assim. Feijão com farinha, feijão com farinha e ovo. (E1)

Bolinho de feijão com farinha, minha avó fazia [...] molhava e dava. (E9)

O conhecido “capitão”, bolinho feito com um pouco de feijão que se amassa com farinha e/ou outros alimentos e que vai das mãos a boca, é uma tradição de comer aos bocados e saciar a fome que foi enfatizada por duas das participantes.

Relevante assinalar que existe associação entre a perspectiva apresentada pelo grupo e a construção do conceito de Comida de Verdade que inclui fortemente estes aspectos da primazia dos alimentos *in natura* e minimamente processados em detrimento de produtos ultraprocessados e que se relaciona a defesa e ao reconhecimento do patrimônio cultural, da memória, dos saberes, dos sabores, dos fazeres e os falares, a identidade, os ritos envolvidos, além de reconhecer o protagonismo da mulher<sup>12</sup>.

O feijão, acarajé, caruru, quiabo, entre outros pratos, fazem parte do vasto repertório da culinária de matriz africana. Presente no cotidiano brasileiro, mas pouco descrita nos livros, essa comida conta histórias, tem memórias e revela modos de ser. Nessa perspectiva, o alimento e a culinária regionais representam valores que conformam a habitualidade dos tipos de alimentos, o horário das refeições, o modo que se misturam, às recordações e outras referências necessárias à identidade social dos indivíduos em seus grupos ou camadas sociais específicas<sup>13</sup>.

Interessante destacar, que a força e a riqueza da comida de memória e identidade contrasta com uma realidade que impõe a escassez. A experiência agroecológica em questão teve atuação expressiva durante a pandemia de Covid-19, promovendo ações de solidariedade com doações de cestas que incluíram frutas, verduras e legumes. Os relatos revelam uma realidade em que a dificuldade de acesso a alimentos é perene, ou seja, existia antes da Covid-19, agravou-se durante a pandemia e permanece após a decretação do fim da emergência sanitária.

Eu acho que tem muita gente ainda precisando de ajuda [...] Tá difícil ainda, eu penso assim, a gente tem sempre que se colocar no lugar do outro. (E4)

A cesta básica com arroz e feijão, já normaliza, já consegue chegar. Agora sempre foi antes da pandemia a falta de legumes né, de verduras e hoje cada vez mais. Tanto que fala que os legumes acaba muito rápido. E tá muito difícil. A comida está muito cara. (E9)

Neste sentido, as participantes relataram a dificuldade do consumo de maior diversidade de alimentos, o que está relacionado ao acesso físico e financeiro. Esse aspecto se assemelha aos achados de Rocha *et al.* (2024)<sup>14</sup>, onde a partir da análise

da percepção de moradores de favelas brasileiras sobre o ambiente alimentar em suas vizinhanças identificaram que o acesso dos moradores de favelas aos alimentos é influenciado pela falta de recursos e elementos fundamentais para uma alimentação saudável, incluindo: informações sobre alimentos e alimentação; renda; e estabelecimentos que disponibilizam alimentos saudáveis a preços acessíveis.

Cabe destacar, que há muita precisão e discernimento na identificação de uma perspectiva ampliada da insegurança alimentar bem como da alimentação e nutrição.

Agora na pesquisa que a gente fez [...]: “Você sente fome?”; “Não!” “Você come todos os dias?”; “Sim!”; “Você come legumes todos os dias?”; “Não!”. O que tira disso, né?! Tá tão habitual o arroz com feijão, que a pessoa já nem recorda que a falta do legume é uma Insegurança Alimentar (E9)

Mas e essa questão também, será que é o arroz com feijão? Porque muita casa, é o miojo, a salsicha. Quem dera se fosse o arroz e feijão, mas nem isso a gente consegue gente! [...] hoje em dia a gente come uma comida que não é nutritiva. (E8)

A Recomendação 03/2024 do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) aponta a necessidade de articulações e medidas para a promoção de políticas públicas que combatam e erradiquem a fome e o racismo nos sistemas alimentares brasileiros. O texto denuncia o racismo estrutural, institucional e ambiental como traços constituintes da fome, apontando o nutricídio como aspecto relevante do adoecimento da população negra e que atinge à cultura alimentar<sup>15</sup>. O documento compreende que o nutricídio:

opera de modo a distanciar povos negros, indígenas e povos e comunidades tradicionais de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, das terras adequadas para produção, consumo de alimentos adequados e saudáveis, em detrimento do acesso aos alimentos de baixa ou nenhuma qualidade nutricional (ultraprocessados) e sem pertinência cultural, resultando em agravos à saúde e, posteriormente, dependência da indústria farmacêutica (CONSEA, 2024, p.2)

Neste sentido, estas reflexões ajudam a compreender como, em um contexto de poucas opções como o do território da EPA, ocorre a menção da perspectiva de matar a fome como a alternativa, ainda que considerada menos adequada. A lógica do sistema alimentar de produção em larga escala acarreta um grande desperdício, pois quanto mais processado o alimento, mais complexo o sistema alimentar.

E é muita coisa boa jogada no lixo! Meu amigo trabalhava no [rede de fastfood] e ele falou: “lá tudo é padrão, se é 2 pedaços de pizza, são 2 pedaços de pizza”. Claro que essa comida não é nutritiva, mas eu digo nesse sentido, muita coisa é jogada fora (E8)

Os relatos mostraram que as cestas básicas doadas na comunidade não são suficientes para efetivar o DHAA porque, segundo elas, essa cesta não vem com frutas, legumes ou verduras. Portanto, fica explícito que é necessário considerar as características contextuais com olhar interseccional para as questões de renda,

ocupação, raça/cor, gênero e diferenças demográficas e socioeconômicas, conforme citado:

[...] Porque a favela é partida né?! Então o que é gente, um dos maiores desafios né, as crianças do prédio, as crianças daqui do pedaço da [nome da rua], as crianças do alto do morro (E9)

A alimentação faz muita diferença, por isso que eu digo uns tem e outro não tem. Tem muita gente por aí passando necessidade, ninguém mostra isso, é tudo mascarado (E4)

É possível identificar nesse território uma “favela partida”, onde “uns tem e outros não tem”, as favelas possuem um ambiente alimentar distinto da cidade formal. As desigualdades alimentares são perceptíveis quando dentro de um mesmo território apresenta-se uma parcela da população mais vulnerável à IA.

O conceito de Apartheid Alimentar (“food apartheid”) pode ser entendido como a segregação alimentar, usado para destacar as estruturas políticas racialmente discriminatórias que impactam o acesso e o controle dos alimentos. Esses elementos indicam uma violação do DHAA<sup>16,17</sup>.

Essas observações sinalizam para o desmonte das políticas públicas de Assistência Social, SAN e outras políticas sociais; má gestão dos programas de transferência de renda, principalmente diante do contexto de pandemia. A intervenção para promover uma alimentação adequada e saudável é o investimento em políticas públicas<sup>18,19</sup>.

### **“A mãe foi trabalhar...”**

Na sociedade capitalista as ações de cuidado cotidiano são atribuídas às mulheres que, neste sentido, atuam na reprodução da força de trabalho<sup>20,21</sup>. Por tantos anos de submissão a esta ordenação opressora tem impactos na subjetividade de homens e mulheres de tal forma que há certa naturalização ao se atribuir o cuidado das crianças como exclusivamente das mães.

No contexto estudado, ficou muito forte a perspectiva da Escola Popular de Agroecologia como um “apoio” dado às mães da comunidade por outras mulheres (educadoras e lideranças) que reconhecem a importância do cuidado ofertado às crianças.

[...] eu acho que esse cuidado partilhado, né? De pensar o apoio à mulher, o trabalho assim né? (E9)

Chamou atenção o fato de em nenhum momento ser citado o papel dos pais ou dos homens. Da mesma forma, outras redes de apoio (como parentes próximos) ou outras configurações familiares (famílias compostas por duas mães, por exemplo) não



foram mencionadas. Sobre os impactos relacionados à rotina de trabalho das mães na alimentação, um primeiro aspecto levantado foi o fato das crianças permanecerem em casa sem um adulto e precisando preparar a própria alimentação.

Logo, nem sempre ela vai conseguir cozinhar aquilo que tem. Por falta de estrutura, porque é muito pequeno [...] A mulher precisa descer pra trabalhar e a criança fica, né?! E fica como? (E9)

Sendo assim, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi relatado no grupo como importante para a saúde das crianças da rede pública de ensino. Em abril de 2020, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas, foi aprovada a Lei nº 13.987/2020 que autorizou a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.

Importante ressaltar que antes da imposição dessa medida legislativa, a organização comunitária responsável pela EPA já realizava um trabalho no território como forma de mitigar as condições de insegurança alimentar, educação, saúde e informação. Além da distribuição de refeições e cestas agroecológicas em parceria com o MST, outro ponto identificado durante os diálogos no grupo focal.

De acordo com o Relatório parcial da Ouvidoria Externa e da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPRJ), identificou-se as principais queixas sobre a qualidade das cestas básicas fornecidas pelo município aos alunos da rede pública de ensino durante a pandemia. Entre os principais problemas identificados no relatório estão a quantidade de alimentos insuficientes na cesta, alimentos fora da validade ou estragados e valor insuficiente para as refeições que eram feitas na escola.

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE), órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento da alimentação escolar, teve importante atuação na garantia do direito à alimentação dos estudantes, reforçando a relevância do controle social para a efetiva execução desse programa.

Uma coisa é a mãe que trabalha né, então o contraturno da escola, é saber que as crianças não estão na rua, sempre falam isso. “Ah! Quero tirar meus filhos da rua” Então a ocupação né, estendida da escola, a alimentação né [...]?! (E9)

O cuidado né, hoje mesmo tive que fazer uma ligação com uma mãe porque a criança tá com uma micose na cabeça, ela raspa a cabeça, mas a micose não vai passar. Tem que ter autorização pra médica poder atender e receitar e ela poder passar e ela mandou um áudio assim chorando “Ah, brigada! Eu trabalho o dia todo, não tenho tempo nem de levar meu filho no médico” né (E9)

As escolas e as creches do território são identificadas como espaços importantes para a garantia da alimentação uma vez que é reconhecida como direito

pelas participantes que enxergam nessas refeições uma opção para as crianças que não tem acesso.

Tem criança no colégio, que vai com a intenção da comida, de se alimentar (E4)

Nesse sentido, há um reconhecimento da relevância das ações desenvolvidas pela Escola Popular como atividade de contraturno escolar que complementam o cuidado que a mãe trabalhadora não tem tempo ou energia suficiente para ofertar. Trata-se de um tempo dedicado a preparar e ofertar a alimentação, ajudar nas lições de casa e, ao mesmo tempo, ocupar e acolher para que não estejam na rua.

A mãe ou não pode porque tá trabalhando ou não tem paciência ou também não sabe ler, nem escrever. Não tem como ajudar, várias dificuldades. Então aqui a gente apoia, não tá na rua né, como [...] falou, não tá largado na rua brincando, não tá a toa vendo uma televisão, vendo besteira no telefone, tá ocupando a mente com esse espaço que o [...] tem pra gente, né?! (E13)

Enquanto a mãe não chega do trabalho, as crianças realizam as atividades propostas pela Escola Popular de Agroecologia, ao mesmo tempo em que o Sistema Único de Saúde (SUS) atua, pois no território onde a escola está localizada é a divisão de duas áreas programáticas da Atenção Primária à Saúde, representadas por duas Unidades Básicas de Saúde correspondentes à zona norte do município do Rio de Janeiro. Logo, o trabalho desenvolvido além de ser uma rede de apoio comunitária, também possui como um dos objetivos o estabelecimento da rede intersetorial para o cuidado à saúde.

Ainda que se reconheça a importância da parceria neste território com equipamentos públicos de saúde com a EPA, é necessário a implementação de políticas públicas de cuidado - o que representa uma demanda histórica de movimentos feministas. Desta forma, cabe mencionar as iniciativas de publicação do Marco Conceitual de Cuidado e da construção de uma política pública de cuidado<sup>22</sup> e do Decreto 11.460/2023 que cria o Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar a proposta da Política Nacional de Cuidados e a proposta do Plano Nacional de Cuidados.

Estas iniciativas reconhecem que cuidar e ser cuidado são aspectos inerentes da vida, em seus diferentes ciclos. Identifica-se, contudo, que há uma desigualdade no que tange às responsabilidades desses cuidados que são historicamente atribuídos às mulheres, em especial às mulheres negras. É preciso que esta sobrecarga seja e que o Estado atue com políticas públicas efetivas, sobretudo em territórios vulnerabilizados, como é o caso do entorno da EPA.

## **Plantas para banho, para tempero e para nutrir**

Refletindo sobre a agroecologia, a maioria das mulheres manifestou o desejo de plantar, apresentando como desafios a falta de tempo e de espaço. Porém, para aquelas que conseguem plantar, utilizam as ervas para banhos, temperos frescos e os benefícios ao utilizarem no preparo das refeições.

Cabe registrar que a partir da discussão do plantio e uso de temperos frescos, foi colocado o contraponto com o uso de temperos prontos ultraprocessados. Elas demonstraram apropriação dos argumentos a favor de uma alimentação mais adequada e saudável, informando que orientam familiares a preferirem os alimentos *in natura*.

As pessoas falam assim: “Que coisa maravilhosa, como é que faz?” Pra começar, os meus temperos são frescos! Isso é um diferencial na comida né?! (E8)

Não tem condição gente! [...] a minha sogra só usava esses [tempero ultraprocessado], agora usa os temperos naturais, desidratados. O que já é um avanço! (E9)

Compreendendo o cuidado alimentar e nutricional interseccional, observa-se que nesse território existe um número significativo de pessoas hipertensas e o consumo de alimentos ultraprocessados possui forte relação com o aumento das doenças crônicas, como por exemplo, a hipertensão. É importante compreender o ambiente alimentar em que as pessoas estão inseridas, as práticas informais de comercialização de alimentos e também o cenário social, pois o estresse físico (dor) e emocional (luto, ansiedade), os efeitos psicossociais da violência, também são fatores de risco para o aumento da pressão arterial<sup>5</sup>.

As mulheres reconhecem que vivem em um local de agroecologia, agrofloresta, quintais e crianças. Contudo, a riqueza geológica da área trouxe às empresas de mineração para desenvolverem pedreiras para produção de concreto no início dos anos 1940. Essas pedreiras exploram a brita na região, causando danos sérios à saúde da população devido à dispersão de poeira de sílica na atmosfera. Somado a isso, esse território assim como outros do Brasil sofre com a violência urbana - outra questão relatada durante o grupo focal.

As plantas vêm sendo utilizadas como fontes de medicamento há várias décadas sendo empregadas em preparações tradicionais de cura através de chás, banhos, sucos e xaropes, como exemplifica o seguinte trecho:

Eu planto, mas hoje em um espaço muito pequeno. Eu faço muito banho, de comida eu tenho mais taioba, alguma coisinha de tempero, mas pra mim é mais as plantas de banho mesmo (E1)

Provavelmente esta preferência pelos banhos tem relação com a cultura africana do uso de banhos de folhas nos processos de cura. O uso de banhos com ervas é popular em muitas comunidades. Os banhos de purificação, de axé, fazem

uma ponte entre o místico e o médico, onde muitas das plantas usadas apresentam propriedades medicinais diversas, atuando através dos óleos essenciais que, quando liberados durante os banhos, podem ser inalados. Entre as plantas, há algumas especiais - arruda, guiné, comigo-ninguém-pode, espada de São Jorge, consideradas ervas de proteção.

Diante da dificuldade para realizar o plantio essas plantas/ervas são encontradas em espaços de feiras livres de diferentes bairros no Rio de Janeiro e até mesmo no Mercado de Madureira, importante centro comercial da zona norte. Ressalta-se ainda que, são muitas vezes as mulheres responsáveis pelo plantio e comercialização e as mesmas que iniciam a transição agroecológica, principalmente nos quintais, como no cuidado de hortas e pequenos animais.

A partir do cenário exposto, o questionamento que fica é: Como plantar diante de um território com tantos desafios? Apesar de um contexto tão adverso, o incentivo por meio de redes de movimentos institucionais, sociais, culturais e ambientais podem promover para a população urbana palestras, cursos, seminários, divulgação de feiras com alimento agroecológicos e orgânicos, implantação de hortas em comunidades, praças e terrenos nos bairros, criação de projetos de incentivo à produção em casa, como os quintais produtivos e hortas escolares. Além de proporcionar circuitos de proximidade a partir de relações de solidariedade e reciprocidade pela aproximação geográfica entre produção e consumo.

As experiências de agroecologia urbana apresentam potencial para a construção de alternativas ao sistema alimentar hegemônico que contribuam para o enfrentamento de desigualdades com promoção de justiça alimentar, sustentabilidade e saúde<sup>23</sup>.

### **“A gente vai colher lá na frente”**

Pode-se identificar que as desigualdades e o esvaziamento de políticas sociais que demarcam a atuação insuficiente do Estado neste território impõe grandes desafios, contudo, a potência das experiências agroecológicas como incentivo da organização comunitária e o exercício da solidariedade fazem frente a um contexto de injustiças alimentares, ambientais e sanitárias. A atuação voluntária nas ações neste território afirmam-se como desafio e potencialidade ao mesmo tempo, uma vez que é a participação popular que sustenta ações muito relevantes para as famílias - sobretudo para as mulheres e crianças -, mas ao mesmo tempo faz perguntar: e o que

sustenta esse voluntário? Obviamente esta certeza que “A gente vai colher lá na frente” (E14) é a grande motivação, mas é preciso ter em conta a necessidade de que este trabalho seja remunerado de forma a garantir, em termos materiais, o sustento de quem o faz e a continuidade das ações ao longo dos anos.

A saída da [...] também mudou muito assim ela arrumou um trabalho de carteira assinada que é isso né a gente acaba também tendo a precarização do trabalho né porque a gente não tem como assinar a Carteira, garantir um salário justo e o voluntariado ele circula né, então circula saberes, mas também algumas coisas não conseguem dar continuidade (E9)

A sustentabilidade das experiências agroecológicas dependem de insumos, recursos materiais, humanos e do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres, o que, nesse caso, pode ser representado pelas relações socioeconômicas de consumo, doação e troca. Nesse sentido, ao desvelar o trabalho não mercantil protagonizado pelas educadoras populares, os resultados aqui apresentados reafirmam a importância econômica das atividades realizadas.

Mas existe uma postura política e de otimismo em relação ao trabalho desenvolvido com as crianças, como exemplifica os seguintes trechos:

A partir dessas dinâmicas né, então acho que a Escolinha, ela vai muito além também dessa coisa do [...] apoio às mães e o apoio às crianças, mas também a gente vê aí um outro trabalho meio que muito sutil sendo feito que talvez a gente vai colher bem lá na frente né (E14)

Acaba tendo curiosidade, eu lembro que [...] uma criança que tava perguntando: “Faculdade? O que você faz na faculdade? Estuda lá também?” (imita a voz da criança) coisas que eles tem dúvida e outras pessoas podem tirar essas dúvidas (E13)

O contato com educadores universitários, pode ser uma possibilidade de pensar em outras perspectivas de futuro como o ingresso na universidade. Considerando a falta de representatividade de pessoas pretas e pardas no campo da docência, seja no âmbito escolar ou universitário, a oportunidade de crianças e adolescentes verem a liberdade com que os educadores mudam o cabelo é uma forma de revalorização, na maneira como se vê e como é visto pelo outro. Assim como discute Sueli Carneiro em sua tese: A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.

Além do valor simbólico que os educadores populares representam para as crianças:

Eu lembro também deles muito curiosos com [...], com as tranças do [nome do educador], com algumas questões, trazendo suas questões de sexualidade e

conversando com a gente. Enfim, são várias camadas né de construção do sujeito (E14)

O reconhecimento da necessidade de discussões étnico-raciais e as concepções de gênero e sexualidade, especialmente em suas intersecções com a educação e saúde vem se ampliando no campo da infância e adolescência.

Inspirada na filosofia de Educação Popular proposta por Paulo Freire a Escola Popular de Agroecologia utiliza a prática dialógica que problematiza e desvela a realidade, aquilo que é ocultado nas relações de poder e também aquilo que é naturalizado, como a desigualdade social, o patriarcado, o racismo, a misoginia e a dominação de classe<sup>24</sup>.

Nessa perspectiva as projeções para o futuro possibilita também conhecer sonhos, desejos e dialogam com a concepção do Bem Viver apresentada por Acosta, 2016 como forma de enaltecer o fortalecimento das relações comunitárias e solidárias, os espaços comuns e as mais diversas formas de viver coletivamente, respeitando a diversidade e a natureza. Entende-se que essa transformação não acontece rapidamente, mas é um processo gradativo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dentre os caminhos percorridos esse estudo permitiu trilhar possibilidades relacionadas ao cuidado alimentar e nutricional e o DHAA, ao discutir sobre as temáticas de “uns tem e outros não têm” percebeu-se a relação com as desigualdades; “a mãe que trabalha fora” e a EPA surge como forma de rede de apoio, a importância do plantar e das ervas como lugar de ancestralidade e de cuidado além da perspectiva da educação popular por meio do trabalho desenvolvido com as crianças.

A EPA reforça os valores da agroecologia, solidariedade e da soberania alimentar pensado nas múltiplas dimensões para territórios mais vulneráveis. O diálogo entre a Escola e a solidariedade em torno da agroecologia teve importância histórica, mas sobretudo a partir da pandemia de COVID-19, num cenário de crises alimentar, econômica, política e sanitária vivenciada no Brasil e no mundo

É preciso construir e fortalecer redes locais para que possam seguir praticando e repassando seus conhecimentos no cuidado da saúde da família, comunidade e da terra. A proposta agroecológica é um contraponto à atual realidade social e para isso é necessário a construção de um movimento plural e que incorpore a luta antirracista a partir do diálogo com a agricultura urbana.

Nesse sentido, as parcerias dos movimentos sociais e universidades são demonstrações de possibilidades para realização de ações e projetos junto com a comunidade, podendo assim fortalecer os direitos sociais que em muitas situações são invisibilizados pelo Estado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANA, 2018 Carta Política do Carta política [do] IV ENA: agroecologia e democracia unindo campo e cidade. - Rio de Janeiro : AS-PTA: Articulação Nacional de Agroecologia. Disponível em: [https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/03/carta\\_politica\\_web.pdf](https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/03/carta_politica_web.pdf). Acesso em: 10/04/2024
2. LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
3. ALMEIDA, D.A.O. Agricultura Urbana: isto e aquilo. In: COSTA, M.C., COSTA, H.S.M., MONTE-MÓS, R.L.M. Teoria e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C?Arte, 2015.
4. REDE PENSAN. Insegurança alimentar e desigualdades de raça/cor da pele e gênero [livro eletrônico] : II VIGISAN : inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil: Suplemento II / Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. – 1. ed. – São Paulo : Fundação Friedrich Ebert, 2023.
5. Demétrio, Fran e Scagliusi, Fernanda Baeza. Comendo nas encruzilhadas: contribuições interseccionais para a Nutrição Clínica Ampliada e Implicada. Saúde e Sociedade [online]. 2023, v. 32, n. 4
6. ALMEIDA, S. . **Racismo estrutural**. [Structural Racism]. São Paulo: Pólen, 2019
7. MALUF, R. S.; BURLANDY, L. Sistemas alimentares, desigualdades e saúde no Brasil: desafios para a transição rumo à sustentabilidade e promoção da alimentação adequada e saudável. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

8. BURIGO, A. C.; PORTO, M. F. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de sindemia: da vulnerabilização à transformação necessária. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(10), 4411–4424, 2021.
9. PAULA N.F.; BEZERRA I.; PAULA N.M. Saúde coletiva e agroecologia: necessárias conexões para materializar sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis. *Saúde debate*. 46(spe2):262–76, 2022
10. MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.
11. GOMES, Romeu. Análise e Interpretação de dados em Pesquisa Qualitativa. In: DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otavio; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
12. BRASIL. **Manifesto da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional à Sociedade Brasileira sobre Comida de Verdade no Campo e na Cidade, por Direitos e Soberania Alimentar**. 2017. MDS. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/caisan/5\\_conferencia/5\\_conferencia/Manifesto\\_COMIDADEVERDADE.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/5_conferencia/5_conferencia/Manifesto_COMIDADEVERDADE.pdf). Acesso em: 28 abr. 2024.
13. OLIVEIRA, M. F. B. de; COSTA, R. R. S. da. Aprendendo com as mestras das cozinhas domésticas da Comunidade Remanescente de Quilombo Machadinha, RJ. In: COSTA, R. R. S.; CASTRO, M. L. L.; FONSECA, A. B. (org.). **Tempero de quilombo na escola: experiências de extensão do projeto CulinAfro (UFRJ-Macaé)**. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto NUTES, 2021. p.18–32.
14. ROCHA, Luana Lara *et al.* Percepção dos residentes de favelas brasileiras sobre o ambiente alimentar: um estudo qualitativo. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 40, n. 3, p. 01-16, 2024. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311xpt128423>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/94f4Yc9vndFGkcvZdXzpytD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2024.
15. BRASIL. **Recomendação nº 3/2024/CONSEA/SG/PR**: recomenda ações integradas e políticas públicas para o combate e erradicação das fomes e dos racismos nos sistemas alimentares brasileiros. 2024. Conselho Nacional de



- Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: [https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/consea/noticias/SEI\\_5050414\\_Recomendacao\\_32.pdf](https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/consea/noticias/SEI_5050414_Recomendacao_32.pdf). Acesso em: 28 abr. 2024.
16. PAULA, Fran. **APARTHEID ALIMENTAR E O PRIVILÉGIO DE COMER NO BRASIL**. 2023. FASE. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/artigos/apartheid-alimentar-e-o-privilegio-de-comer-no-brasil/>. Acesso em: 28 abr. 2024.
17. Grilo, M.F.; Menezes,C.; Duran, A.C. Mapeamento de pântanos alimentares em Campinas, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 27, n. 7 [Acessado 30 Abril 2024] , pp. 2717-2728. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232022277.17772021>  
<https://doi.org/10.1590/1413-81232022277.17772021EN>>
18. RIBEIRO-SILVA, R. C.; SANTOS, M.P.; CAMPELLO, T.; ARAGÃO, E.; GUIMARÃES, J.M.M.; FERREIRA, A.; BARRETO, M.L.; SANTOS, S.M.C. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 3421-3430, 2020.DOI: 10.1590/1413-81232020259.22152020
19. ALPINO, T. M. A.; SANTOS, C.R.B.; BARROS, D.C.; FREITAS, C.M.COVID-19 e (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, p. e00161320, 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00161320
20. FEDERICI, S. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.
21. BIROLI, F. Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
22. BRASIL. **Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil**. 2023. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil#:~:text=As%20pol%C3%ADticas%20de%20cuidados%20s%C3%A3o,cuidados%20e%20de%20quem%20cuida>. Acesso em: 29 abr. 2024.

23. Bertolini, A. M.; Jaime, P. C.; Giulio, G. M. D. O papel da agricultura urbana e periurbana na segurança alimentar global do pós-guerra à crise da covid-19: novas perspectivas em justiça alimentar, saúde global e sustentabilidade, . Saúde E Sociedade, 32(3), 2023.
24. Freire, P. Pedagogia do Oprimido, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

## **5.2 Produto técnico: “O caderno das atividades desenvolvidas na Escola Popular de Agroecologia”**

A partir dos dados levantados e da experiência em campo surgiu a ideia de elaborar um material didático: “O caderno das atividades desenvolvidas na Escola Popular de Agroecologia”, o objetivo geral deste material será apresentar as atividades desenvolvidas na escola.

Figura 4: Capa do caderno das atividades desenvolvidas na Escola Popular de Agroecologia



O caderno das atividades desenvolvidas na EPA da Serra da Misericórdia será composto por uma capa, textos de apresentação, introdução contando um pouco da história de começo da EPA e após segue-se a apresentação das atividades. Para acesso ao documento será disponibilizado um link, podendo ser depositado em outras redes sociais da organização comunitária responsável pela EPA.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das narrativas apresentadas durante os encontros foi possível compreender os desafios e as potencialidades para a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no território a partir da ótica de mulheres moradoras, educadores populares e parceiros envolvidos de alguma forma com o trabalho realizado.

A construção do material didático permitiu apresentar as atividades desempenhadas na Escola Popular Agroecológica, como forma de apresentar o trabalho desenvolvido com as crianças para disseminar essa experiência para dentro e fora do território, podendo ser inspiração para outras realidades.

É importante destacar que foi a primeira vez no Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em 2023, no Rio de Janeiro, que teve um GT de infância e agroecologia. Onde pode-se ter trocas de experiências da metodologia do campesino para o desemparedamento da infância. Existe desde 1999, uma Política Nacional de Educação Ambiental, que dispõe sobre educação ambiental em modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

A abordagem da agroecologia na infância proporciona uma aprendizagem respeitosa, múltipla, imaginativa e ética rompendo com o modelo educacional neoliberal do sistema de ensino tradicional.

Há urgência em pensar no cuidado comunitário como sistema imunológico, fazendo com que as políticas sejam convergentes e que ocorra maior integração entre as ações e interlocução entre os atores dos diversos setores, atuando de forma colaborativa.

Quando se observa o trabalho em saúde e a questão racial há uma dialética de trabalho, de opressão e das invisibilidades no SUS em contraste com as vozes e corpos altamente visíveis no cotidiano institucional. O SUS tem capacidade de ser palco das principais discussões sobre essa temática, atuando como um potencializador de ações individuais, coletivas e

institucionais para promover um sistema alimentar mais justo, saudável e sustentável. É urgente pensar em um SUS racializado e politizado!

Aponta-se a necessidade de desenvolver estudos com o olhar interseccional relacionados ao campo da alimentação e nutrição e da SAN que dialoguem com o território, as lideranças comunitárias e os moradores e que cheguem nos territórios. É preciso repensar como os cursos de graduação em nutrição estão discutindo a insegurança alimentar para além de porcentagem, qual a relação quando olhamos para as questões raciais e de gênero em um país como o Brasil, a partir da diáspora africana.

Persiste a formação do nutricionista como profissional que emagrece as pessoas e não para fazer essa análise, com equidade em um contexto social relacionado a uma macropolítica capitalista, neoliberal. Como olhar as pessoas para além de um CID dentro de nossas práticas no SUS? Como não culpabilizá-las pelo seu sofrimento mental ou pelos problemas relacionados à saúde?

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACT. **Dinâmica e diferenças dos preços dos alimentos saudáveis e ultraprocessados no Brasil.** 2021. Disponível em: [https://actbr.org.br/uploads/arquivos/LO\\_ACT\\_relatorio-diferenca-e-dinamica-do-s-precos\\_rev-05.pdf](https://actbr.org.br/uploads/arquivos/LO_ACT_relatorio-diferenca-e-dinamica-do-s-precos_rev-05.pdf). Acesso em: 09 jan. 2023.

AKOTIRENE. Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Polém, 2019.

ALMEIDA, Erika Rodrigues de; MEDINA, Maria Guadalupe. **A gênese do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) na agenda da atenção primária à saúde brasileira.** Cadernos de Saúde Pública, [S.L.], v. 37, n. 10, p. 01-16, fev. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00310820>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/B5WNSjB9Xyms8cQzgfG4rfx/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural.** [Structural Racism]. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. ISBN 978-85-98349-75-6

ANA. **Brasil: do flagelo da fome ao futuro agroecológico: uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa.** Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia, 2022. Disponível em: [https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Brasil-do-flagelo-da-fome-ao-futuro-agroecologico\\_ANA-2022.pdf](https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Brasil-do-flagelo-da-fome-ao-futuro-agroecologico_ANA-2022.pdf). Acesso em: 22 abr. 2024.

ANA. **Manifesto pela Erradicação da Fome e pela Garantia do Direito à Comida de Verdade, Democracia e Equidade.** 2023. 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2023/12/14/manifesto-da-6a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-a-sociedade-brasileira-sobre-erradicar-a-fome-e-garantir-direitos-com-comida-de-verdade-democracia-e-equidade/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

ANA. **Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) para o PLANAPO 2024-2027.** Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia, 2024. Disponível em:

<https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2024/03/PLANAPO-2024-2027-WEB-2.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

AZEVEDO, Elaine de; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersetorial. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 20, n. 3, p. 715-729, set. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902011000300016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/yhS4qHnHjDfx6nmMpBBYPjk/?lang=pt>. Acesso em: 16 fev. 2023.

BERTHET, Guillaume. **Agroecologia e Educação Popular: contribuindo na elaboração de um método político pedagógico para a transição agroecológica de assentamentos da reforma agrária**. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente., Usp, Guararema, 2012. Disponível em: [http://www.nacepteca.esalq.usp.br/sites/default/files/publicacao\\_arq/Mestrado%20Guillaume%20Berthet%20-%20Agroecologia%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20popular.pdf](http://www.nacepteca.esalq.usp.br/sites/default/files/publicacao_arq/Mestrado%20Guillaume%20Berthet%20-%20Agroecologia%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20popular.pdf). Acesso em: 15 jan. 2023.

BEZERRA NETO, Luiz. **A educação rural no contexto das lutas do MST**. Revista Histedbr On-Line, Campinas, v. 20, n. 00, p. 133-147, dez. 2005. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4851/art13\\_20.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4851/art13_20.pdf). Acesso em: 13 jan. 2023.

BEZERRA, Islandia; ISAGUIRRE, Katya. Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Agroecologia: desafios e perspectivas teórico-prático. **Cadernos de Agroecologia**, Paraná, v. 8, n. 2, p. 1-5, dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/13798>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BRASIL, Senado Federal. **Sancionada lei que tipifica como crime de racismo a injúria racial** Fonte: Agência Senado. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/12/sancionada-lei-que-tipifica-como-crime-de-racismo-a-injuria-racial>. Acesso em: 14 jan. 2023.

BRASIL. **Lei 8080 de 19 de setembro de 1990**, [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm), e o Decreto 7508/11, de 28

de junho de 2011 que dispõe sobre a organização do SUS. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm).

Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Geral da Política de Alimentação e

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.761, de 19 de Novembro de 2013. Institui a **Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do SUS (PNEPS-SUS)**. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política**

**Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS /** Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. – 3. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacao\\_negra\\_3d.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf) Acesso em: 09 jan. 2023.

Burigo AC, Vaz BA, Londres F, et al. **Caderno de estudos: saúde e agroecologia**. Rio de Janeiro: Fiocruz; ANA; ABA-Agroecologia; 2019. [acesso em 2020 ago 19]. Disponível em: [https://agroecologia.org.br/wpcontent/uploads/2019/11/Saude\\_e\\_Agroecologia\\_web.pdf](https://agroecologia.org.br/wpcontent/uploads/2019/11/Saude_e_Agroecologia_web.pdf). Acesso em: 13 jan. 2023.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 13., ABEP, 2002, Ouro Preto. Disponível em: [www.dppg.cefetmg.br/mtp/TecnicadeGruposFocaisdoc](http://www.dppg.cefetmg.br/mtp/TecnicadeGruposFocaisdoc) Acesso em: 16 fev. 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p. TRANS/FORM/AÇÃO: Revista De Filosofia, 42(2), 235–246.

DEMÉTRIO, Fran; SCAGLIUSI, Fernanda Baeza. Comendo nas encruzilhadas: contribuições interseccionais para a nutrição clínica ampliada e implicada.



**Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 32, n. 4, p. 01-10, jan. 2023. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902023230050pt>. Disponível em:

<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1530416>. Acesso em: 15 abr. 2024.

GOMES, Romeu. Análise e Interpretação de dados em Pesquisa Qualitativa. In: DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otavio; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecilia de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo Social: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?lang=pt>. Acesso em: 11 jan. 2023.

IDEC. **A Captura Corporativa de Sistemas Alimentares**. Brasil: FIAN, 2021. P&B. Disponível em:

[https://fianbrasil.org.br/a-captura-corporativa-de-sistemas-alimentares/#:~:text=Hist%C3%B3ria%20em%20quadrinhos%20\(HQ\)%20originalmente,Defesa%20do%20Consumidor%20\(Idec\)](https://fianbrasil.org.br/a-captura-corporativa-de-sistemas-alimentares/#:~:text=Hist%C3%B3ria%20em%20quadrinhos%20(HQ)%20originalmente,Defesa%20do%20Consumidor%20(Idec)). Acesso em: 17 jan. 2022.

IDEC. **As cinco dimensões dos sistemas alimentares no Brasil: uma revisão de literatura**. 2021. Disponível em:

<https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2021/11/af-IDEC-Revisao-de-Literatura-ptbr-digital.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2023.

MARQUES, Zelia Vanuza; SOUSA, Romier da Paixão; ROSAL, Louise Ferreira. **Educação popular e agroecologia: contribuições para a construção da política de assistência técnica e extensão rural equitativa no Brasil**. Extensão Rural, [S.L.], v. 28, n. 1, p. 01-31, 4 maio 2022. Universidad Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/2318179662653>.

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/62653/46878>. Acesso em: 14 jan. 2023.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MST. **Educação MST**. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/educacao/>. Acesso em: 13 jan. 2023.

Nutrição. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2a ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf). Acesso em: 17 jan. 2022.

REDE PENSSAN. VIGISAN, **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2020. Disponível em: [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf) Acesso em 20/12/2022.

SAVELI, Esméria de Lourdes. **A proposta pedagógica do M.S.T. para as escolas dos assentamentos: a construção da escola necessária**. Olhar de Professor, [s. l], v. 2, n. 2, p. 61-70, nov. 1999. Disponível em: [http://ri.uepg.br:8080/riuepg/bitstream/handle/123456789/641/ARTIGO\\_PropostaPedagogica.pdf?sequence=1](http://ri.uepg.br:8080/riuepg/bitstream/handle/123456789/641/ARTIGO_PropostaPedagogica.pdf?sequence=1). Acesso em: 13 jan. 2023.

SILVA, Silvana de Oliveira da; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos; GAMA, Cíntia Mendes; COUTINHO, Giselle Ramos; SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos; SILVA, Natanael de Jesus. **A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar no desafio de desvendar iniquidades em grupos interseccionais: debate e agenda de pesquisa**. Cadernos de Saúde Pública, [S.L.], v. 38, n. 10, p. 01-03, 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311xpt178422>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ScZzz7dgWZGW4NpcMrKHbBw/?lang=pt>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SILVA, Silvana Oliveira da; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos; GAMA, Cíntia Mendes; COUTINHO, Giselle Ramos; SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos; SILVA, Natanael de Jesus. **A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade**. Cadernos de Saúde Pública,

[S.L.], v. 38, n. 7, p. 01-14, 2022. FapUNIFESP (SciELO).  
<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311xpt255621>. Disponível em:  
[https://www.scielo.br/j/csp/a/MQHNQz5GH9NmxjZpFm3zC3r/?lang=pt#:~:text=As%20preval%C3%AAs%20de%20inseguran%C3%A7a%20alimentar,5%205%20\(Tabela%202\)](https://www.scielo.br/j/csp/a/MQHNQz5GH9NmxjZpFm3zC3r/?lang=pt#:~:text=As%20preval%C3%AAs%20de%20inseguran%C3%A7a%20alimentar,5%205%20(Tabela%202).). Acesso em: 11 jan. 2023.

SWINBURNB et al. **The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and**  
Clima 2019.

## APÊNDICE A: Roteiro para o Grupo Focal



CULTIVANDO EM REDE: Educação Popular e Agroecologia na Atenção Primária à Saúde do Rio de Janeiro-RJ

### ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL

#### **Encontro 01:** O que é a Escolinha Agroecológica?

**Objetivos relacionados:** (1) Descrever o processo de organização e produção das refeições servidas na Escolinha Agroecológica – CEM (2) Compreender as potencialidades das ações desenvolvidas por mulheres no funcionamento da Escolinha Agroecológica – CEM.

#### **I. Pergunta introdutória:**

1) Vocês poderiam se apresentar falando um pouquinho sobre vocês e sobre o que vocês mais gostam na Escolinha Agroecológica?

Ø nome, idade, profissão, quanto tempo mora no bairro, qual a função que exerce na Escolinha

2) Se vocês tivessem que apresentar esse bairro (ou comunidade) para alguém que nunca esteve aqui, como vocês descreveriam?

#### **II. História e objetivos da Escolinha Agroecológica:**

3) Como e por que foram iniciadas as atividades da Escolinha?

- 4) Quais os aspectos, atividades e temas trabalhados na Escolinha vocês consideram mais importantes? Por quê?
- 5) Poderiam nos falar sobre quais demandas, necessidades ou expectativas da comunidade são atendidas pela Escolinha Agroecológica?

### **III. Os lanches servidos na Escolinha Agroecológica:**

- 6) Poderiam nos contar um pouco sobre como é feito o preparo dos lanches que são servidos para as crianças da Escolinha?
  - Ø Quantas refeições por dia? O que é servido? Por quê?  
De onde vem os alimentos utilizados? Quem prepara?  
Quem escolhe o que vai ser preparado?
- 7) Pensando no dia a dia de vocês, o que vocês acham que são os pontos fortes relacionados à produção dos lanches? Por quê?
- 8) Se pudessem ter mais recursos para preparar os lanches de que forma vocês utilizariam? Por quê?

### **IV. Encerramento:**

Gostaríamos de agradecer a presença de todas e antes de encerrar gostaria de perguntar se gostariam de acrescentar mais alguma coisa em relação à Escolinha Agroecológica. Fiquem à vontade para falar sobre o que quiserem.

**Encontro 02:** Comida de Verdade, na Escolinha e na Comunidade!

**Objetivos relacionados:** (1) Identificar responsabilidades e possibilidades de atuação da Atenção Primária à Saúde relacionadas à promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada; (2) Analisar os desafios e interferências referente ao cuidado relacionado ao Direito Humano à Alimentação Adequada na perspectiva da interseccionalidade.

#### **I. Pergunta introdutória:**

- 1) Se tivéssemos uma grande panela e só pudessemos colocar Comida de Verdade, qual alimento você colocaria? Por quê?

Ø Comida de Verdade é a mais natural possível e que tem preço justo; que faz bem para a saúde das pessoas e para a natureza; que preserva a cultura local e os recursos naturais para as gerações de agora e do futuro. Comida de Verdade é direito de todas as pessoas.

- 2) Se vocês tivessem que apresentar esse bairro (ou comunidade) para alguém através que vendem ou fornecem alimentação, como vocês descreveriam?

## **II. Comida de Verdade no território da Serra da Misericórdia:**

- 3) Pensando na alimentação de todo dia, quais alimentos vocês consideram que não podem (ou não deveriam) faltar em casa? Por quê?
- 4) Sobre a agroecologia, poderiam nos contar sobre a experiência de vocês no que se refere a plantar o próprio alimento?

Ø O que plantam? Onde plantam? Com quem plantam e como cuidam? Qual a importância em termos quantitativos e qualitativos?

## **III. Direito à Alimentação:**

- 5) Todas as pessoas deveriam ter alimento suficiente e saudável em suas casas, mas que isso nem sempre acontece. Especialmente durante a pandemia de COVID-19 muitas famílias passaram por dificuldades. **Vocês poderiam contar como está a situação das famílias que moram aqui nesse bairro (comunidade)?**
- 6) Que serviços ou locais vocês acham que as pessoas mais identificam (ou procuram) quando encontram dificuldade para alimentar suas famílias?

- 7) Caso vocês pudessem decidir sobre em que serviços ou ações os governos deveriam usar o dinheiro público, onde vocês gastariam? Por que?

#### **IV. Encerramento:**

Gostaríamos de agradecer a presença de todas e antes de encerrar gostaria de perguntar se gostariam de acrescentar mais alguma coisa em relação ao tema de hoje. Fiquem à vontade para falar sobre o que quiserem.

#### **Encontro 03: As mulheres e a Serra da Misericórdia**

**Objetivos relacionados:** Analisar os desafios e interferências referente ao cuidado relacionado ao Direito Humano à Alimentação Adequada na perspectiva da interseccionalidade.

##### **I. Pergunta introdutória:**

- 1) Como vocês descreveriam as mulheres da Serra da Misericórdia usando apenas elogios e qualidades? E as mulheres que fazem parte da Escolinha Agroecológica, como vocês descreveriam?
- 2) Se vocês tivessem que apresentar esse bairro (ou comunidade) para alguém através das dificuldades cotidianas das mulheres, como vocês descreveriam?

##### **V. Emprego, renda e acesso às políticas públicas:**

- 1) Em que você trabalha atualmente? Qual a importância do seu trabalho?
- 2) Você exerce alguma atividade remunerada?

##### **VI. Racismo, machismo e outras formas de discriminação:**

- 1) Como vocês enxergam o racismo, machismo e outras formas de discriminação na sociedade? Acreditam que a educação ofertada

na Escolinha pode contribuir para o enfrentamento dessa problemática?

## **VII. Encerramento:**

Gostaríamos de agradecer a presença de todas e antes de encerrar gostaria de perguntar se gostariam de acrescentar mais alguma coisa em relação ao tema de hoje ou dos outros dois encontros anteriores. Fiquem à vontade para falar sobre o que quiserem.





## **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

### *Esclarecimentos*

Este é um convite para você participar da pesquisa: Cultivando em Rede: Educação Popular, Agroecologia e Saúde em um território do Rio de Janeiro-RJ, que tem como pesquisadora responsável Raiane Silva da Penha.

Esta pesquisa pretende desenvolver um produto técnico, como estratégia de contribuição com as atividades da Escolinha Agroecológica em parceria com Centro de Integração na Serra da Misericórdia (CEM).

A pesquisa poderá ajudar a compreender a percepção dos participantes sobre a relação entre agroecologia, saúde e nutrição levando em consideração as potencialidades e os desafios das ações realizadas na escolinha agroecológica.

Caso você decida participar, você participará de uma oficina que vai compreender 2 encontros com duração de 1 hora aproximadamente cada encontro. Durante os encontros você participará de rodas de conversa (grupo focal) para dialogar com os demais participantes sobre necessidades, demandas e sugestões para a elaboração da estratégia de formação na escolinha agroecológica. No momento do grupo focal você poderá ser gravado através de filmagem ou gravação de voz. Esse material será utilizado apenas para a pesquisa, ficará sob minha responsabilidade até o término da mesma, armazenados com segurança, e não serão disponibilizados de maneira nenhuma na internet. Durante a realização do projeto, a previsão de riscos é mínima.

Rio de Janeiro, / /2023

---

## Assinatura da pesquisadora responsável da pesquisa

Eu concordo em participar deste estudo.

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Pode acontecer algum desconforto durante as rodas de conversas. Caso você fique ansioso, inibido ou tenha alguma dificuldade, eu estarei à disposição para auxiliá-lo, se assim o desejar.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para Raiane Silva da Penha, através do telefone (21) 987177435 ou pelo e-mail [raianepenha@edu.unirio.br](mailto:raianepenha@edu.unirio.br).

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

**RISCOS:** O questionário a ser utilizado na pesquisa apresenta risco intelectual mínimo, mas pode haver quebra de sigilo. Para minimizar este risco, garantimos o sigilo em relação às respostas dos participantes, sendo utilizadas como dados confidenciais (informações pessoais e identidade não serão revelados) e utilizadas apenas para fins científicos, como publicação de artigos, resumos em congressos e escrita da dissertação. Assim, você pode escolher não responder quaisquer perguntas que o façam sentir-se incomodado. Garantimos a liberdade de desistir da pesquisa a qualquer momento, e caso não queira que as informações coletadas sejam utilizadas, por favor enviar o pedido de retirada do consentimento para o e-mail [raianepenha@edu.unirio.br](mailto:raianepenha@edu.unirio.br) ou pelo telefone (21)987177435. Qualquer prejuízo que você venha a ter decorrente da pesquisa será de responsabilidade dos pesquisadores envolvidos a adequada assistência para minimizá-los ou tratá-los.

**BENEFÍCIOS:** Fazendo parte deste estudo poderemos conhecer e compreender melhor a realidade local para desenvolvimento de ações. Além de contribuir para um retorno social, através da proposta de confecção e acesso do produto técnico para as participantes da pesquisa.

Rio de Janeiro, / /2023

---

**Assinatura da pesquisadora responsável da pesquisa**

Eu concordo em participar deste estudo.

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Os dados que você irá nos fornecer serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar.

Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

O projeto obedece aos critérios das resoluções 466, de 12 de dezembro de 2012 e CNS nº 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Se você tiver algum gasto pela sua participação nessa pesquisa, ele será assumido pelo pesquisador e reembolsado para você. Se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você será indenizado. Qualquer dúvida sobre a ética dessa pesquisa você deverá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa, CEP-UNIRIO no telefone 2542-7796 ou e-mail cep@unirio.br, endereço Avenida Pasteur, 296 subsolo do prédio da Nutrição - Urca – Rio de Janeiro. Este documento foi impresso em

duas vias. Uma ficará com você e a outra com a pesquisadora responsável Raiane Silva da Penha.

Todas as páginas do TCLE serão rubricadas pela pesquisadora responsável (Raiane Silva da Penha) e participante, bem como que a mesma será elaborada em duas VIAS e que ambas serão assinadas pela pesquisadora responsável e participante (Resolução CNS no 466 de 2012, item IV.5.d).

Rio de Janeiro, / /2023

---

**Assinatura da pesquisadora responsável da pesquisa**

Eu concordo em participar deste estudo.

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

## **Artigos**

### **Apresentação de originais**

Os trabalhos deverão ser originais e inéditos, escritos em espanhol, inglês ou português. A partir de 2019 é aceita a submissão de trabalhos previamente depositados nas plataformas de preprints SocArXiv , bioRxiv , arXiv, PsyArXiv ou SciELO Preprints . Todos os artigos recebidos passarão por uma revisão preliminar na qual será determinado se o artigo se enquadra nos objetivos propostos, na política editorial e nos padrões da revista, caso em que os autores serão notificados e terá início o processo de revisão externa [ver Processo de revisão ]. Além do idioma de apresentação do texto, os trabalhos aceitos serão publicados em espanhol ou bilíngue espanhol-inglês [ver Idiomas de submissão e publicação ] para os quais a revista assume os custos de correção, edição e distribuição e apenas os autores. Eles devem pagar os custos de tradução.

Todos os trabalhos deverão submeter os três arquivos detalhados abaixo em formato PDF, através de nossa plataforma institucional . Para mais detalhes sobre o envio pela plataforma, consulte o guia Como enviar seu artigo .

### **Arquivo 1: página de autoria**

A página de autoria deverá ser submetida exclusivamente em formato PDF, com as seguintes informações:

- Dados de autoria : nomes e sobrenomes de cada uma das pessoas que atendem aos critérios de autoria ; último grau acadêmico; posição atual e instituição; cidade; País; Email de contato; Código ORCID.
- Agradecimentos : nomes das instituições e/ou pessoas a quem deseja agradecer pelas suas contribuições (excluindo contribuições financeiras).

- Financiamento : no caso de ter recebido bolsas ou recursos para a realização da pesquisa, deverá constar o nome da(s) entidade(s) financiadora(s), bem como o número ou código de aprovação do projeto.
- Conflito de interesses : explicação de qualquer compromisso de qualquer uma das pessoas envolvidas na pesquisa com as fontes de financiamento ou qualquer tipo de vínculo ou rivalidade que possa ser entendido como conflito de interesses. A inexistência de conflito também deve ser declarada.
- Contribuição do autor : com base na taxonomia CRediT de contribuições dos autores , detalhar o tipo de contribuição feita por cada autor [ver Autoria ].
- Sugestão para revisores : incluir nome, sobrenome, endereço eletrônico e instituição de pelo menos duas pessoas vinculadas ao tema do artigo. É importante que os dados das pessoas sugeridas sejam incorporados no campo correspondente no momento do envio pelo sistema.

## **Arquivo 2: Artigo anonimizado**

Para preparar o arquivo anonimizado do artigo é necessário baixar o modelo “Arquivo para revisão” [ aqui ], inserir o texto do artigo no modelo, nomeá-lo como “artigo anonimizado” e carregá-lo exclusivamente em formato PDF. Este arquivo deve conter os itens listados abaixo:

- Título do artigo : em espanhol e sua versão em inglês
- Resumo : em espanhol (não mais que 12 linhas em um único parágrafo não estruturado) e sua versão em inglês.
- Keywords : 3 a 5 Medical Subject Headings (MeSH), ou Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) opção “Consultar o DeCS”.
- Corpo do texto: Extensão máxima sugerida 7.000 palavras (esta extensão refere-se apenas ao corpo do texto e não inclui resumo, referências bibliográficas, textos de tabelas, gráficos ou figuras).
- Idiomas de apresentação : os textos serão apresentados em espanhol. Autores não falantes de espanhol poderão apresentar trabalhos em português ou inglês. Se aceitos, serão publicados em espanhol ou

bilíngue espanhol-ínglês, para os quais a revista se encarregará dos custos de correção, edição e distribuição e os autores deverão pagar apenas os custos de tradução [ ver serviços de tradução ].

- Notas finais ou notas de rodapé : Por questões relacionadas aos novos formatos de edição eletrônica, não poderemos incluir notas finais ou notas de rodapé, portanto todos os esclarecimentos deverão ser incorporados ao corpo do texto.
- Citações textuais : no caso de incluir citações publicadas em outros idiomas, deverá ser incluída a citação traduzida para o espanhol, acompanhada de sua versão no idioma original.
- Figuras e tabelas : Serão aceitas até no máximo 7 ilustrações. Serão incluídos no mesmo arquivo, logo abaixo do parágrafo em que a tabela ou figura é citada e deverão conter:
  - Algarismos arábicos (tabelas e figuras numeradas em séries independentes).
  - Título descritivo que especifica a abrangência geográfica e temporal dos dados apresentados.
  - Menção da fonte dos dados em todos os casos.
- Depósito de dados : As equipes de pesquisa deverão garantir a disponibilidade dos dados da pesquisa e, caso o artigo seja aceito para publicação, deverão depositar o conjunto de dados no SciELO Data [ver política de depósito de dados ].
- Ética em pesquisa : As pesquisas com seres humanos (incluindo trabalhos etnográficos com entrevistas em profundidade, ou qualquer tipo de pesquisa em que participem pessoas) devem explicitar no texto (dentro da seção metodológica) a obtenção do consentimento informado dos envolvidos na pesquisa e aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética correspondente.
- Referências bibliográficas: sistema de numeração correlativa (Vancouver) baseado no estilo NLM <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK7256/> . Quantidade máxima: 100 referências.

### **Arquivo 3: Declaração de Aspectos Éticos, conflito de interesses, originalidade e direitos de reprodução**

- Declarações : As Declarações de Aspectos Éticos, Conflito de Interesses, Originalidade e Direitos de Reprodução deverão ser baixadas, preenchidas e carregadas exclusivamente em formato PDF na Etapa 2 “Carregar a submissão” do processo de submissão [Baixar Declaração AECl-ODR ].

### **Informação adicional**

- Taxas de processamento editorial (APC) : Salud Colectiva não cobra taxas pelo processamento editorial de artigos. Os custos dos serviços de correção, edição e distribuição das obras aprovadas são financiados pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Nacional de Lanús.
- Política de acesso aberto : Salud Colectiva promove o modelo de acesso aberto em que os conteúdos estão disponíveis em texto completo, de forma gratuita e gratuita na Internet, sem embargos temporários, e cujos custos de produção editorial não são transferidos para os autores que podem tê-los. versão final de publicação de seus trabalhos para divulgação em repositórios institucionais. Todo o conteúdo publicado na *Salud Colectiva é distribuído sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)* .